


**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**Faculdade de Letras e Ciências Sociais**

**Departamento de Arqueologia e Antropologia**

**Mestrado em Género e Desenvolvimento**

# *Selfies, Hashtags e Likes*

## O Desafio do Feminismo na Era Digital em Moçambique

**Discente:** Lissungu Sheila Mazula Tsandzana

**Supervisora:** Professora Doutora Sandra Manuel

**Agosto 2026**

Dissertação submetida ao departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras e Ciencias Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Género e Desenvolvimento.

| **Orientadora** | **Presidente** | **Oponente** |
| --- | --- | --- |
| _____ | _____ | _____ |

## Declaração

Declaro que esta dissertação é fruto de uma pesquisa original. Declaro, ainda, que a dissertação nunca foi apresentada, anteriormente, na íntegra ou parcialmente, para a obtenção de qualquer grau académico.

**Discente**

_____

**Lissungu Sheila Mazula Tsandzana**

**Agradecimentos**

Antes de tudo, agradeço a Deus, pela força, sabedoria e perseverança que me acompanharam ao longo desta investigação. Foi n'Ele que encontrei a coragem para enfrentar os desafios de um tema tão actual quanto complexo.

À minha supervisora, Professora Doutora Sandra Manuel, expresso a minha profunda gratidão por ter acreditado neste projecto desde o início e por me desafiar continuamente a ultrapassar os meus receios, incentivando-me a pensar de forma crítica e a crescer enquanto investigadora.

Agradeço às professoras e aos professores do Mestrado em Género e Desenvolvimento, por manterem vivo o espírito crítico, o diálogo e o compromisso com a transformação social que caracterizam o Centro de Estudos Africanos. Em particular, às Professoras Esmeralda Mariano, Isabel Casimiro e Vera Gasparetto, pela inspiração intelectual e pela valorização das epistemologias africanas e das perspectivas interseccionais, que marcaram profundamente esta investigação.

Aos colegas da segunda turma do mestrado, agradeço pela partilha, pelas discussões enriquecedoras e pelo incentivo constante. Um agradecimento especial ao colega Chadércio, pelas reflexões profundas e pela generosidade na partilha do seu conhecimento.Às activistas e feministas que participaram neste estudo, o meu sincero agradecimento pela confiança, abertura e disponibilidade para partilharem as suas experiências. As vossas vozes constituem o verdadeiro coração desta investigação.

À minha família, agradeço o amor incondicional que sempre sustentou o meu percurso. Aos meus pais, pelo exemplo e apoio permanente. Aos meus irmãos, pela inspiração e dedicação que demonstram em tudo o que fazem.Aos meus filhos, Ótis, Minka e Owen, dedico este trabalho. São a minha maior motivação e a razão pela qual continuo a acreditar no poder transformador do conhecimento. Espero que cresçam com espírito crítico, autenticidade e coragem para construir as suas próprias convicções, sem se deixarem levar pela fluidez das tendências do seu tempo.

Por fim, ao meu esposo e companheiro, o meu mais profundo agradecimento. Obrigada por caminhar ao meu lado, por desafiar o meu pensamento, por enriquecer as minhas reflexões e por me ajudar a compreender a desigualdade social de forma mais ampla, humana e sensível. Este trabalho também traz a marca da tua presença.

# Índice

Acrónimos ..... 7

Resumo ..... 8

Abstract ..... 8

CAPÍTULO I ..... 9

1.1 Introdução ..... 9

1.2. A influência do Neoliberalismo no Feminismo Digital ..... 11

1.3. Dilemas da Representação e da Participação no Ciber-espaço: Formulação do Problema de Pesquisa ..... 12

1.4. Justificativa e Motivação Pessoal ..... 13

1.5. Objectivo Geral ..... 15

1.5.1 Objectivos Específicos ..... 15

CAPÍTULO II ..... 17

2.1. FEMINISMO, ACTIVISMO DIGITAL E O CONTEXTO MOÇAMBICANO ..... 17

2.1.1. Fases históricas e teórico-conceptuais do feminismo ..... 17

2.1.2 Breve historial da primeira onda do feminismo ao feminismo digital ..... 18

2.2. HISTORIOGRAFIA DO FEMINISMO EM MOÇAMBIQUE ..... 19

2.2.1 Contributos históricos das mulheres na luta de libertação ..... 19

2.2.2. Transição da OMM aos Movimentos em redes ..... 20

2.3. O ACTIVISMO DIGITAL, ENGAJAMENTO, TENSÕES ..... 21

2.3.1. Ciber-feminismo em África e Moçambique e potenciais e Contradições ..... 21

2.3.2. Espaço digital em Moçambique: Oportunidades e Desigualdades ..... 22

2.4. FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DO FEMINISMO DIGITAL ..... 24

2.4.1. Conceitos ..... 24

CAPÍTULO III ..... 26

3.1 Abordagem e Justificativa Metodológica ..... 26

3.2 Etapas do processo de pesquisa ..... 26

3.3 Métodos ..... 27

3.3.1. Netnografia ..... 27

3.3.2. Entrevistas Semi-Estruturadas....27
3.3.3. Análise de Estudos-de-Caso....28
3.4 Limitações da pesquisa....28
3.5 Reflexividade....29
3.6. Delimitação dos Estudos-de-Caso....30
3.6.1. Feminismo Digital e Construção do Self no Facebook em Moçambique....30
CAPÍTULO IV....32
4.1. SER E FAZER FEMINISMO NO DIGITAL: ENTRE ACTIVISMO COLECTIVO E PERFORMANCE INDIVIDUAL EM MOÇAMBIQUE....32
4.2 NARRATIVAS COLECTIVAS E PERFORMANCES INDIVIDUAIS: #SOUNTAVASE E O OBSERVATÓRIO DAS MULHERES....33
4.2.1 #SouNtavase: Um Caso que Gerou Mobilização e Justiça....34
4.2.3 Observatório das Mulheres: Limites e Possibilidades da Acção Colectiva....36
4.2.4 Barreiras Estruturais e Exclusões Digitais....38
4.2.5 Entre a Resistência e a Adaptação ao Neoliberalismo....39
4.3. NARRATIVAS INDIVIDUAIS E A AUTO-REPRESENTAÇÃO: ENTRE O INDIVIDUALISMO E O IMEDIATISMO E A EXCLUSÃO VIRTUAL....41
4.3.1 Identidade Feminista: Entre Memória Colectiva e Vivência Individual....41
4.3.2 A Crítica à Homogeneização e à Heterogeneidade Conceptual....44
4.4. CORPOS EM EXPOSIÇÃO, FEMINISMOS EM DISPUTA: UMA ANÁLISE DE PERFIS E NARRATIVAS DIGITAIS....47
4.4.1. Selfies, Visibilidade e Contradições na Representação Digital Feminista em Moçambique....48
4.4.2. O “Dia do Sexo” e o Activismo Corporal no Facebook: Ambiguidades entre o empoderamento e a objectificação....50
4.4.3. Erotismo, Poesia e Resistência: Representações Alternativas da Sexualidade Feminina....54
4.4.4. Conectividade, Sofisticação e Exclusões no Feminismo Digital....58
CAPÍTULO V....61
5.1. CONCLUSÃO....61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS....63
Apêndices....68

# Acrónimos

AMODEFA – Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

MULEIDE – Mulher, Lei e Desenvolvimento

NEM – Núcleo de Estudos da Mulher

OMM – Organização da Mulher Moçambicana

OSC – Organizações da Sociedade Civil

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

VBG – Violência Baseada no Género

WILSA – Women in Law in Southern Africa

# Resumo

Esta pesquisa analisa os desafios e possibilidades do feminismo na era digital em Moçambique, com foco na forma como as mulheres constroem e expressam as suas identidades feministas através de *selfies, hashtags* e interacções em plataformas digitais como o Facebook. Através de uma abordagem qualitativa, com recurso à netnografia e entrevistas semi-estruturadas, o trabalho examina como a presença virtual de mulheres moçambicanas revela tensões entre visibilidade, empoderamento e vulnerabilidade, num contexto marcado por desigualdades de género, acesso limitado à Internet bem como objectivação do corpo feminino e violência digital. A análise evidencia que, embora o espaço digital amplifique vozes femininas e possibilite formas alternativas de mobilização e resistência, ele também reproduz exclusões e preconceitos estruturais, exigindo um olhar interseccional e crítico sobre as dinâmicas do activismo digital. A investigação contribui para o debate sobre o feminismo digital no Sul Global, demonstrando como as práticas de auto-representação e engajamento online podem tanto fortalecer quanto desafiar as lutas feministas contemporâneas.

**Palavras-chave**: feminismo, Internet, activismo, engajamento

# Abstract

This research analyses the challenges and possibilities of feminism in the digital age in Mozambique, focusing on how women construct and express their feminist identities through selfies, hashtags, and interactions on digital platforms such as Facebook. Using a qualitative approach, through netnography and semi-structured interviews, the research examines how the online presence of Mozambican women reveals tensions between visibility, empowerment, and vulnerability in a context marked by gender inequalities, limited internet access, and digital violence. The analysis shows that although the digital space amplifies women's voices and enables alternative forms of mobilization and resistance, it also reproduces structural exclusions and biases, requiring an intersectional and critical perspective on the dynamics of digital activism. This study contributes to the debate on digital feminism in the Global South, demonstrating how practices of self-representation and online engagement can both strengthen and challenge contemporary feminist struggles.

**Key words**: feminism, Internet, activism, engagement

# CAPÍTULO I

## 1.1 Introdução

> "*Levanto a minha voz - não para poder gritar, mas para que aqueles que não têm voz possam ser ouvidos... não podemos ser todos bem-sucedidos quando metade de nós é retida*".
> (Malala Yousafzai, 2014)

A citação acima evidencia a importância da voz como ferramenta de resistência e transformação social, ao mesmo tempo que destaca a urgência de inclusão e visibilidade para grupos historicamente marginalizados, em especial as mulheres. O apelo de Malala convida-nos a reconhecer que não é possível alcançar justiça social e desenvolvimento equitativo enquanto persistirem barreiras estruturais que silenciam metade da população. Esse chamado torna-se ainda mais pertinente num contexto onde as redes sociais emergem como espaços alternativos de engajamento, auto-representação e luta por direitos fundamentais (Bosch, 2023).

É neste cenário que se insere o presente trabalho, que tem como foco o activismo feminista digital em Moçambique, em particular as práticas de jovens activistas que utilizam o Facebook como plataforma de resistência e construção de novas formas de agência. Através desse espaço virtual, mulheres que tradicionalmente estiveram à margem do debate público têm conseguido visibilizar as suas experiências, denunciar desigualdades e afirmar as suas identidades. No entanto, essa nova configuração também traz desafios, tanto teóricos quanto práticos, como a fragmentação do activismo, a desigualdade no acesso digital (divisão digital) e o risco de esvaziamento político das lutas, num contexto onde a visibilidade nem sempre se traduz em transformação estrutural.

Neste sentido, a presente dissertação propõe-se a investigar até que ponto a auto-representação digital – por meio de selfies, hashtags e narrativas colectivas, mas performances pessoais – tem contribuído para a consolidação de uma nova *práxis* feminista em Moçambique, ou se, por outro lado, acaba por reproduzir as mesmas dinâmicas excludentes que o feminismo historicamente combate. A análise parte da compreensão do feminismo como um fenómeno

político e social estruturado em dois pilares: uma tradição teórica baseada nas experiências e saberes das mulheres, e uma prática transformadora (práxis), centrada no activismo e na luta concreta por direitos e justiça de género (McFadden, 2011).

É sobre essa práxis digital, marcada por novas linguagens, símbolos e estratégias de engajamento, que esta investigação se debruça. Considerando que a última década (2014–2024) foi marcada por um crescimento expressivo do uso de plataformas digitais em Moçambique – sobretudo entre a juventude urbana (Tsandzana, 2018) – tornou-se relevante analisar como esse fenómeno tem moldado a acção feminista contemporânea no país, num contexto em que as mulheres continuam a enfrentar múltiplas formas de opressão e exclusão.

Se por um lado, o espaço digital tem permitido novas formas de organização colectiva, de visibilidade e de denúncia, abrindo caminhos para o fortalecimento das agendas feministas, por outro lado, este mesmo espaço opera sob lógicas neoliberais de visibilidade, performance e mercado, que podem enfraquecer a dimensão política das lutas, reduzindo o activismo à individualização das causas e à estetização da resistência. Esse paradoxo, entre resistência e coaptação, constitui o cerne da reflexão proposta nesta dissertação.

O activismo digital em África (Tanja, 2023) e em Moçambique particularmente (Tsandzana, 2018) tem-se materializado através de mobilizações híbridas, que combinam estratégias tradicionais com práticas digitais. Plataformas como Facebook, X (anteriormente conhecido por *Twitter*), *blogs* e *podcasts* tornaram-se espaços centrais para colectivos feministas articularem discursos, denunciarem injustiças e impulsionarem campanhas por direitos. Porém, importa questionar: que tipo de feminismo se constrói neste ambiente? Quais vozes ganham centralidade? Que corpo feminino é representado? E que lutas ficam de fora?

Assim, o presente estudo propõe uma análise crítica da emergência do feminismo digital em Moçambique, tomando como base práticas de auto-representação, estratégias narrativas e dinâmicas de engajamento online. A investigação dialoga com o conceito de "quarta onda" do feminismo, adaptando-o ao contexto moçambicano, e pretende compreender o perfil das mulheres que protagonizam esse movimento, os limites e alcances dessa forma de militância e os riscos de captura neoliberal das pautas feministas.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: o Capítulo I apresenta a introdução, contextualizando o problema, os objetivos e a relevância do estudo; o Capítulo II discute o enquadramento teórico, abordando os conceitos-chave de feminismo, activismo digital,

interseccionalidade e as especificidades do contexto moçambicano; o Capítulo III descreve a metodologia utilizada, incluindo a abordagem netnográfica, as entrevistas e a análise de estudos de caso; o Capítulo IV analisa os resultados, explorando as campanhas feministas no Facebook, os perfis das activistas e as principais estratégias e contradições; o Capítulo V apresenta a conclusão, sintetizando os principais achados, discutindo as potencialidades e limitações do feminismo digital em Moçambique, por fim, são incluídas as referências bibliográficas e os apêndices.

A secção a seguir tem como objectivo apresentar o referencial teórico que orienta a presente pesquisa, centrando-se na crítica ao neoliberalismo como estrutura que molda e condiciona as práticas do feminismo digital em Moçambique. A análise proposta parte do entendimento de que o espaço digital não é neutro, mas profundamente influenciado por lógicas neoliberais que enfatizam a individualização, a responsabilização pessoal e o mérito como principais vias de reconhecimento e sucesso.

### 1.2. A influência do Neoliberalismo no Feminismo Digital

O neoliberalismo, enquanto racionalidade política, económica e cultural, transcende o campo económico, sendo entendido aqui como um modo de governamentalidade que se infiltra em todos os domínios da vida (Brown, 2015). Esta corrente promove a ideia de que os indivíduos são empreendedores de si mesmos, responsáveis pelo seu próprio sucesso ou fracasso, mesmo em contextos de profunda desigualdade estrutural. Esta ideologia opera por meio da valorização da performance individual, da autoimagem e da capacidade de gerar valor simbólico e material, elementos altamente presentes na lógica das redes sociais.

Diversas autoras têm analisado como o neoliberalismo impacta os feminismos contemporâneos. Gill (2007) e Rottenberg (2014), por exemplo, mostram como o chamado "feminismo neoliberal" promove uma versão esvaziada do feminismo, centrada na auto-superação, empoderamento individual e conquista de espaços de poder, sem questionar as estruturas de dominação que sustentam a desigualdade de género. Para estas autoras, a figura da mulher empoderada torna-se uma mercadoria desejável, cujas conquistas são celebradas sem qualquer ligação a processos de transformação social e colectiva.

Em África, e em Moçambique em particular, este discurso encontra eco num contexto em que as desigualdades sócio-económicas são profundas, e o acesso ao digital é limitado. A promessa

do empoderamento digital, amplamente veiculada pelas campanhas feministas online, pode, portanto, ocultar as barreiras materiais e simbólicas que restringem a participação plena das mulheres nesse espaço. Como argumenta Dosekun (2020), o feminismo neoliberal tende a legitimar apenas determinadas vozes, geralmente jovens, urbanas, com capital cultural e digital, reproduzindo hierarquias internas e silenciando outras experiências femininas, sobretudo as de mulheres rurais, pobres e sem acesso às tecnologias.

Neste trabalho, o neoliberalismo é utilizado como ferramenta teórica para analisar como a participação de jovens feministas moçambicanas nas redes sociais se insere numa lógica de visibilidade e reconhecimento que privilegia a estética, a performance do trauma e a exposição de experiências pessoais como formas de legitimação. Este quadro permite-nos reflectir sobre o modo como o discurso da agência e do *self* pode obscurecer as estruturas patriarcais e capitalistas que condicionam a vivência das mulheres, transformando a luta feminista num produto de consumo simbólico.

No caso do feminismo digital, as plataformas como Facebook e WhatsApp têm se tornado ferramentas fundamentais para a auto-expressão e a mobilização colectiva, especialmente através de mecanismos como os *hashtags* e a performance do *self*.

### 1.3. Dilemas da Representação e da Participação no Ciber-espaço: Formulação do Problema de Pesquisa

O chamado "feminismo de hashtag" popularizou-se globalmente como uma forma de mobilização em torno de causas feministas, especialmente a violência de género. *Hashtags* como #MeToo ou #SouNtavase criaram espaços de escuta, denúncia e solidariedade entre mulheres. No entanto, essas campanhas digitais trazem consigo tensões que merecem investigação, sobretudo num contexto de exclusão digital como o moçambicano.

O uso crescente do corpo como ferramenta de resistência e afirmação no espaço digital – através de *selfies*, performances e discursos de empoderamento – pode gerar efeitos ambíguos. Por um lado, promove agência; por outro, corre o risco de reforçar a objectificação feminina, alimentar estereótipos e deslocar a crítica estrutural do feminismo. Além disso, a adopção acrítica do modelo de vitimização – embora importante na denúncia – pode congelar a condição de vítima, em vez de enfatizar a transformação social.

Em Moçambique, o uso das redes sociais no activismo teve início por volta de 2010, com o surgimento de uma camada jovem e urbana que passou a ocupar o espaço digital para debater e mobilizar-se politicamente (Tsandzana, 2020). Este cenário inaugurou uma nova vaga feminista online, marcada por uma linguagem individualizada, performances visuais e reivindicação de direitos sexuais e reprodutivos. Entretanto, num país onde apenas cerca de 9,3% da população tem acesso regular às redes sociais (DataReportal, 2024), essas iniciativas podem reforçar a exclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Portanto, esta investigação propõe-se a responder à seguinte pergunta: até que ponto a dinâmica digital influencia a capacidade das mulheres de elevar as suas vozes na base dos movimentos feministas que emergem nos últimos anos em Moçambique?

A análise a seguir procura articular os elementos teóricos da interseccionalidade com as práticas concretas do feminismo digital moçambicano, explorando como os discursos de empoderamento, a performance do *self* e os mecanismos digitais de visibilidade operam em contextos de desigualdade.

### 1.4. Justificativa e Motivação Pessoal

O impacto das redes sociais no activismo feminista e nas interacções sociais tem despertado um interesse acadêmico crescente. No entanto, os estudos sobre feminismo digital em Moçambique ainda são escassos. Embora algumas pesquisas abordem a participação política dos jovens nos meios digitais (Tsandzana, 2020), permanece uma lacuna na análise dos contornos específicos do ciber-espaço na prática do feminismo. Ainda há poucos estudos que investiguem de forma aprofundada o papel das plataformas digitais na mobilização feminista e no seu impacto na formulação e transformação de políticas que promovam a igualdade de género no país.

É neste sentido, que o interesse pelo tema decorre não apenas do reconhecimento da relevância acadêmico-política do feminismo digital, mas também de minha própria experiência pessoal e profissional. Ao longo de minha trajectória enquanto autora do presente trabalho, testemunhei como as redes sociais digitais têm sido utilizadas por activistas feministas em Moçambique para ampliar vozes, desafiar estruturas opressivas e fomentar um sentimento de solidariedade entre mulheres. Contudo, também percebi as limitações desse modelo, especialmente no que

tange à desigualdade de acesso digital e à uma possível reprodução de estereótipos de género no ciber-espaço.

Dessa forma, esta pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre os desafios e oportunidades para um feminismo digital no contexto moçambicano, por via da análise sobre como as mulheres, jovens e activistas utilizam as redes sociais para expressão política e engajamento. De igual forma, pretendo contribuir para o debate sobre género, tecnologia e activismo, oferecendo subsídios para futuras políticas públicas e iniciativas voltadas à promoção da igualdade de género no país por meio da inclusão digital.

O interesse por este estudo também se fundamenta na minha perspectiva enquanto mulher, pois a forma como o *self* feminino é construído e negociado no espaço digital reflete tensões entre autonomia e objetificação, sobretudo num contexto ainda fechado como o em análise. Como mulher, vivencio e observo como a exposição das identidades femininas no ciber-espaço pode servir tanto como ferramenta de empoderamento quanto como um mecanismo de reforço de normas patriarcais.

O fenômeno do feminismo digital, ao enfatizar a representação do corpo e da sexualidade como forma de resistência, levanta questionamentos sobre os limites entre agência e vulnerabilidade, sobretudo em contextos onde a igualdade de acesso à tecnologia não é garantida. Assim, minha experiência pessoal fortalece o compromisso em investigar criticamente como a auto-representação digital pode impactar os discursos feministas e contribuir para a transformação social.

Além disso, a Internet tem contribuido para a redefinição da forma como identidades são construídas e debatidas nos espaços públicos, ampliando a visibilidade de certos grupos ao mesmo tempo que reforça desigualdades estruturais. A ascensão das redes sociais como espaço de militância transformou a forma como as mulheres articulam suas vozes e reivindicações, criando novos espaços para engajamento político e consciencialização. No entanto, essa mudança também trouxe desafios, como a reprodução de estereótipos de género, a comercialização da identidade feminina e a exclusão digital de segmentos marginalizados. Diante do cenário, é essencial analisar criticamente de que maneira o digital molda a percepção do feminino e como isso se reflete na luta por maior inclusão e iguadade de género no país.

Por fim, estudar o feminismo digital em Moçambique significa lidar com um tema que pode gerar resistência, pois questiona a estrutura patriarcal e desafia tanto as concepções tradicionais, quanto as contemporâneas sobre corpo, identidade e poder. A utilização do *self* e

da representação corporal como forma de activismo levanta debates sensíveis sobre a linha tênue entre visibilidade e exploração, entre autonomia e reforço de padrões de dominação. Além disso, a problematização do modelo de vitimização dentro do feminismo digital requer uma análise crítica sobre como essas estratégias podem, paradoxalmente, reforçar estereótipos de género ao invés de desafiá-los. Assim, esta pesquisa busca contribuir para um debate mais aprofundado e contextualizado sobre os impactos do ciber-espaço na construção da identidade feminina e no avanço das lutas feministas no país.

### 1.5. Objectivo Geral

Analisar de que forma o feminismo digital em Moçambique tem emergido como estratégia de resistência às opressões de género, num contexto mediado por lógicas neoliberais de visibilidade, autoexpressão e engajamento.

### 1.5.1 Objectivos Específicos

I. Discutir de que forma jovens activistas feministas moçambicanas utilizam o espaço digital, especialmente o Facebook, para contestar diferentes formas de opressão, nomeadamente a opressão social (como estigmas de género e tabus culturais), política (silenciamento de vozes dissidentes e exclusão de espaços de decisão) e de género (violência simbólica, sexual e discursiva).

II. Examinar as narrativas e estratégias adoptadas por feministas nas redes sociais em Moçambique, para enfrentar a marginalização e deslegitimação do movimento, buscando entender como o engajamento virtual contribui para sua visibilidade e impacto.

III. Investigar as narrativas, símbolos e estratégias de auto-representação adoptadas por mulheres feministas moçambicanas nas redes sociais, com foco nas suas experiências pessoais e colectivas de resistência.

IV. Compreender os limites e possibilidades do activismo feminista *online* no contexto moçambicano, considerando factores como exclusão digital, classe e normatividade de género.

Após a apresentação das principais referências teóricas e epistemológicas que sustentam esta investigação, bem como os debates em torno do feminismo digital – importa agora situar estas

reflexões no contexto específico de Moçambique. Este exercício de contextualização histórica permite compreender de que forma as trajectórias políticas e sociais do país moldaram não apenas as lutas das mulheres, mas também as configurações contemporâneas do activismo feminista. Assim, o Capítulo II propõe uma leitura histórica das múltiplas opressões que marcam a experiência feminina no mundo e em Moçambique, articulando elementos do passado – como o papel das mulheres na luta de libertação – com os desafios ainda persistentes, como o patriarcado institucionalizado, a exclusão estrutural e os limites do feminismo formal promovido por certas instituições.

# CAPÍTULO II

## 2.1. FEMINISMO, ACTIVISMO DIGITAL E O CONTEXTO MOÇAMBICANO

Após a apresentação da problemática, objectivos e da justificação e motivação para esta pesquisa, a seguir, apresenta-se a contextualização do estudo, com foco na evolução histórica e conceptual do feminismo em Moçambique. Esta secção visa situar o leitor nas diferentes fases da luta feminista no país, explorando os seus marcos históricos, transformações sociopolíticas e os desafios actuais enfrentados pelas activistas, especialmente no contexto digital. Ao compreender o percurso do feminismo moçambicano, torna-se possível identificar as continuidades e rupturas que caracterizam a sua manifestação contemporânea nas redes sociais.

### 2.1.1. Fases históricas e teórico-conceptuais do feminismo

O feminismo é amplamente reconhecido na literatura como uma crença na igualdade social, econômica e política entre os sexos, no contexto das relações sociais (Harding, 1993; Strober, 1994; Wright, 1994; Kon, 2002). Como conceito, o feminismo abrange um conjunto de fenómenos culturais ligados à desigualdade de género, estruturalmente sustentados pelo patriarcado (Pateman, 1993; Miller, 1997; Hooks, 1981; Walby, 1990). O termo “feminismo” surgiu historicamente como uma resposta ao activismo pelo sufrágio feminino, movimento que teve início nos Estados Unidos e na Europa e, gradualmente, expandiu-se para outras regiões, incluindo África (Freeman, 1975; Dicker, 2008; Fan, 2017).

Com o tempo, as diferentes transformações e conquistas do movimento deram origem ao conceito das "ondas do feminismo", utilizadas para distinguir períodos marcantes da luta feminista ao longo da história. Cada onda representa um novo capítulo na contínua batalha das mulheres pela obtenção de direitos e reconhecimento, reflectindo mudanças sociais, políticas e culturais em diferentes épocas (Mohanty, 2003). Embora haja divergências teóricas dentro do movimento, o objectivo central do feminismo mantém-se na busca pela eliminação das desigualdades de género, tanto no âmbito privado quanto no espaço público, desafiando normas estabelecidas e promovendo a equidade.

Nesta secção, são exploradas as fases históricas e as fundamentações teórico-conceptuais que moldaram algumas ondas do feminismo, analisando as suas características e impactos. Por fim,

enquadraremos o feminismo em Moçambique dentro deste panorama, identificando a qual das ondas se pode associar a luta feminista no país, considerando as suas particularidades históricas, sociais e culturais.

### 2.1.2 Breve historial da primeira onda do feminismo ao feminismo digital

As ondas do feminismo, apesar de não serem um consenso, representam um referencial útil para compreender a evolução histórica e conceptual do movimento. A primeira onda, surgida entre os séculos XIX e XX, teve como foco central o sufrágio feminino, visto como chave para a cidadania plena e outras conquistas sociais, como educação, direito à propriedade e melhores condições de trabalho (Offen, 1988; Ribeiro, 2021). Nos EUA, a luta culminou na 19.ª Emenda (1920), e em França o direito ao voto foi alcançado em 1944, após intensa mobilização. Embora fortemente marcada por perspectivas eurocêntricas e limitadas (Mohanty, 2003), estabeleceu as bases para a igualdade jurídica das mulheres.

A segunda onda, nas décadas de 1960 e 1970, politizou experiências pessoais e denunciou o patriarcado nas instituições, buscando erradicar desigualdades culturais e normas de género (Thornham, 2023). Estruturou-se em três correntes principais: a liberal, que defendia reformas legais; a radical, que identificava o patriarcado como raiz da opressão; e a socialista ou marxista, que associava desigualdade a patriarcado e capitalismo.

A terceira onda, nos anos 1990 e 2000, reagiu ao conservadorismo e ao "pós-feminismo" (Faludi, 1991), introduzindo a interseccionalidade (Crenshaw, 1991) e rejeitando concepções essencialistas. Reconheceu a diversidade de experiências e ampliou o protagonismo de feminismos negros, indígenas, queer e do Sul Global (Hooks, 2000; Mohanty, 2003). Incorporou também meios digitais e culturais como ferramentas de resistência, tornando o activismo mais acessível e plural.

Por fim, a quarta onda, a partir de 2012, conhecida como feminismo digital ou ciber-feminismo, passou a utilizar as TIC e as redes sociais como espaços de mobilização, denúncia e empoderamento (Mohajan, 2022). Plataformas como o Facebook e o uso de hashtags permitiram expor violências, mas também trouxeram desafios como desigualdades de acesso, exclusões e apropriações neoliberais (Cochrane, 2013; Mohanty e Samantaray, 2017).

É nesta última fase que se insere a presente investigação, procurando compreender como o feminismo digital em Moçambique é apropriado por mulheres para ampliar vozes, criar redes de solidariedade e desafiar estruturas patriarcais, enfrentando simultaneamente barreiras culturais, económicas e tecnológicas.

## 2.2. HISTORIOGRAFIA DO FEMINISMO EM MOÇAMBIQUE

### 2.2.1 Contributos históricos das mulheres na luta de libertação

Foi sob o discurso de emancipação da mulher como um viés para a independência do colonial, que a Frente de Libertação Nacional, a FRELIMO, nas décadas de 1960 e 1970, reconheceu maior abertura para a promoção dos direitos e do progresso das mulheres em Moçambique, como uma necessidade crucial para o crescimento e desenvolvimento do país (Casimiro, 2001).

Foi desta forma, que durante o período colonial, a actividade e a mobilização das mulheres prosperaram. As mulheres aproveitaram as condições favoráveis proporcionadas pela FRELIMO e desempenharam um papel crucial na luta contra o colonialismo português pela independência nacional. Em 1965, a participação das mulheres na Luta de Libertação Nacional resultou na criação do *Destacamento Feminino* do Exército Popular de Libertação Nacional. Este movimento foi criado em resposta ao pedido de mulheres que se viram na necessidade de proteger e mobilizar populações em zonas libertadas ou ainda sob controlo colonial (Casimiro, 2001).

Antes da mudança radical dos perfis, às mulheres cabia a responsabilidade de gerir as tarefas domésticas ligadas à coordenação da produção, destinadas, sobretudo, a apoiar as acções militares, e cuidar das crianças cujos pais estavam envolvidos em actividades de combate e impossibilitados de o fazer. Com a criação do Destacamento Feminino (DF), as mulheres começaram a participar ativamente na luta pela liberdade. Mulheres de todas as origens juntaram-se à FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) através do Destacamento Feminino, onde actuaram como combatentes, organizadoras e propagandistas.

A luta de libertação fomentou um sentimento de coesão e partilha de objectivos entre as companheiras (Bonate e Katto, 2021). Apesar de enfrentarem a discriminação e o sexismo do seu próprio grupo, as mulheres em Moçambique desempenharam um papel crucial na contestação do colonialismo e na introdução de mudanças significativas. O Destacamento

Feminino desempenhou um papel crucial na promoção dos direitos das mulheres e participou ativamente na vanguarda do movimento para acabar com o colonialismo. No entanto, a hostilidade à igualdade de género e à liderança feminista na vida pública tornou os seus sucessos insustentáveis.

Apesar da criação de uma divisão feminina especializada para a formação militar, as mulheres e as raparigas continuaram a ter experiências diferentes das dos homens. Enfrentaram uma elevada prevalência de agressões sexuais e outras formas de violência no seio do exército e também se depararam com limitações à sua participação em assuntos civis (Karberg, 2015). A Organização da Mulher Mocambicana (OMM) foi subsequentemente fundada em resposta à exigência das mulheres de uma participação equitativa na vida pública (Penicela, 2012).

### 2.2.2. Transição da OMM aos Movimentos em redes

A luta de libertação (1964–1974) foi decisiva para a emancipação feminina, com o Destacamento Feminino a afirmar o papel das mulheres na construção do novo país e a desafiar o confinamento doméstico tradicional (Bonate e Katto, 2021; Arnfred, 2015). Ainda no contexto da guerra de independência e sob administração colonial, em 1973, foi criada a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), marcando a institucionalização da participação feminina no processo de libertação, embora fortemente vinculada à linha política da FRELIMO.

Mais tarde, no período pós-independência, apesar do maior incentivo à participação no trabalho, a maioria das mulheres permaneceu na economia de subsistência, sobretudo nas zonas rurais, enfrentando desigualdades persistentes e agravadas pela guerra civil.

A partir da década de 1990, com a liberalização política e económica e a influência da Conferência de Pequim (1995), emergiram novos movimentos e maior participação política feminina (Osório, 2010). Organizações como o Fórum Mulher, a MULEIDE ou a AMODEFA passaram a atuar na defesa de direitos económicos, sociais, reprodutivos e políticos, ainda que com limitações estruturais e de alcance territorial.

Paralelamente, consolidou-se um feminismo crítico e académico, com a criação, em 1988, do Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) no Centro de Estudos Africanos, depois transformado no DEMEG. Iniciativas como o WILSA (1990–2001) integraram investigação, advocacia e parcerias com o sector da justiça, articulando elementos do feminismo marxista, pós-estruturalista e interseccional para ampliar os direitos das mulheres (Casimiro e Ximena, 2007).

Nos anos 2000, a abertura democrática e a expansão digital permitiram o surgimento de novos coletivos jovens e interseccionais, que utilizam redes sociais, blogs, WhatsApp e podcasts para debater sexualidade, corpo, assédio e VBG, criando espaços seguros e estratégias de resistência (Casimiro e Andrade, 2021). Exemplos como o Observatório das Mulheres (2021) mostram como plataformas como o Facebook são usadas para monitorar, representar e fortalecer as vozes femininas num espaço nacional de reflexão e ação contra a violência de género.

## 2.3. O ACTIVISMO DIGITAL, ENGAJAMENTO, TENSÕES

### 2.3.1. Ciber-feminismo em África e Moçambique e potenciais e Contradições

O activismo digital, e em particular o ciber-feminismo, surge como estratégia de mobilização que amplia debates interseccionais e fortalece redes de solidariedade num contexto marcado pela virtualidade, individualismo e lógicas neoliberais (Talay, 2014). Embora o Sul Global esteja presente nesse debate transnacional (Smith, 2020), as lutas africanas muitas vezes são cooptadas por narrativas de consumo simbólico (Foysal, 2024). No enquadramento pós-feminista, privilegia-se a agência individual e o empreendedorismo, por vezes em detrimento da acção colectiva e da crítica sistémica (Dosekun, 2020).

Mulheres jovens, urbanas e com capital digital assumem maior visibilidade, o que, segundo Jouet (2018) e Nnaemeka (2019), pode gerar representações hegemónicas que silenciam resistências comunitárias e menos mediatizadas, como as protagonizadas por mulheres rurais ou com baixa literacia digital. McFadden (2003) alerta para o perigo de universalizar a imagem da "mulher africana respeitável", moldada por normas patriarcais, enquanto Amadiume (1987) e Oyěéwùmí (1997) destacam como o poder simbólico e económico favorece um perfil restrito de liderança feminina.

Em África, as plataformas digitais têm desafiado a monopolização estatal da comunicação e ampliado o alcance de narrativas feministas (Bohler-Muller & van der Merwe, 2011; Bosch, Wasserman, & Chuma, 2018). Para além de denunciarem violência baseada no género e afirmarem direitos sexuais e reprodutivos, oferecem oportunidades para novas linguagens e formatos de mobilização (Anguwa, 2024). Contudo, as exigências de visibilidade mediática podem reforçar hierarquias internas e exclusões (Tanja, 2023).

Em Moçambique, o cibera-ctivismo destaca-se sobretudo entre jovens que não viveram a luta de libertação nacional, mas que encontram nas redes sociais meios para expressar politicamente as suas experiências e reivindicações (Tsandzana, 2023). Campanhas como #SouNtavase e o Observatório das Mulheres exemplificam como o espaço digital pode articular denúncias, construir identidades colectivas e promover mudanças sociais. Ainda assim, como apontam Egbunike (2024) e Elongué & Vandyck (2019), é necessário integrar as resistências silenciosas e locais para que o activismo digital não se restrinja a uma elite conectada, garantindo que as múltiplas vozes feministas africanas sejam ouvidas e valorizadas.

### 2.3.2. Espaço digital em Moçambique: Oportunidades e Desigualdades

Desta forma, as ferramentas de comunicação digital, representam não só uma forma de provocar mudanças em regimes autoritários como os de países africanos, tais como o caso de Moçambique, mas também transportam em si uma crítica ao patriarcado para pontificar a diversidade das lutas feministas e seu multiculturalismo (Ferreira & Lima, 2020). Embora esta seja uma realidade, há também que se considerar que os espaços digitais, não estão isentos de algumas limitações, tais como, a violência tecnológica, como cyberbullying, assédio online e vigilância digital, tal como ocorre no caso de Moçambique (Joanguete & Tsandzana, 2023).

Em Moçambique, onde o uso das redes sociais é um espaço marcado para o debate político, sobretudo pela camada mais jovem da população (Tsandzana, 2018), o debate sobre o papel dos meios digitais permanece ainda limitado (Joanguete & Tsandzana, 2023). De acordo com o DataReportal (2025), o país contava com um total de 17,7 milhões de ligações móveis celulares estava ativo em Moçambique no início de 2025, o que corresponde a 50,4% da população total.

Contudo, vale notar que algumas dessas ligações podem incluir apenas serviços como voz e SMS, e algumas podem não ter acesso à internet. Havia 6,96 milhões de pessoas a utilizar a Internet em Moçambique no início de 2025, quando a penetração online era de 19,8%. Moçambique contava com 3,70 milhões de identidades de utilizadores de redes sociais em janeiro de 2025, o que equivale a 10,5% da população total.

Na literatura moçambicana, o conceito de activismo digital ainda permanece pouco explorado, embora frequentemente associado à participação política dos jovens, especialmente em processos eleitorais (Tsandzana, 2018). Bosch (2020) argumenta que os espaços digitais

proporcionaram uma nova forma alternativa de participação, permitindo maior visibilidade dos cidadãos, particularmente da juventude. Apesar dos desafios emergentes, o activismo político e as formas de empoderamento continuam a expandir-se, sobretudo entre grupos feministas, que têm encontrado maneiras de exercer os seus direitos políticos e de se engajar politicamente, mesmo diante das barreiras impostas pela violência tecnológica.

A infraestrutura de informação e comunicação moderna fortalece a criação de redes locais e globais para combater a dominação masculina (Ferreira & Lima, 2020). No ambiente digital, os discursos feministas são renovados e ampliados, promovendo a igualdade de género e valorizando as identidades e experiências das mulheres como formas de emancipação. Esse processo pode ser analisado através da teoria feminista da comunicação, que enfatiza o papel das tecnologias digitais na transformação das identidades de género e na mobilização política (Haraway, 1991; Fraser, 2009). As plataformas tecnológicas servem como espaços de resistência e mudança, permitindo que as narrativas feministas se espalhem amplamente, desafiando estruturas patriarcais e criando novas formas de representação e activismo.

De acordo com Ferreira e Lima (2020), a desconexão entre sistemas e partidos políticos e os cidadãos resulta em respostas fragmentadas e localizadas na reconstrução de identidades. Nesse contexto, as tecnologias da informação tornam-se ferramentas centrais para a reprodução de estruturas e significados identitários, permitindo um processo dinâmico que desafia valores culturais e sociais estabelecidos.

De acordo com Castells (2020), teoria da sociedade em rede a partir da teoria da sociedade em rede é possível observar como a digitalização possibilita novas formas de participação e engajamento político, deslocando o poder das instituições tradicionais para espaços descentralizados. Assim, o ambiente digital emerge como um espaço alternativo de contestação e ressignificação das identidades individuais e coletivas. É neste sentido, que o feminismo actua como um movimento colectivo que busca mudar valores e instituições sociais, redefinindo o papel da mulher e promovendo sua transformação (Ferreira & Lima, 2020).

Depois de explorar os marcos históricos que moldaram o lugar das mulheres e das lutas feministas em Moçambique, desde a participação na luta de libertação nacional até à institucionalização de um feminismo estatal, torna-se necessário explicar como esta investigação se propôs a compreender as dinâmicas do feminismo contemporâneo nas plataformas digitais. Para tanto, o Capítulo III apresenta a abordagem metodológica adotada,

com destaque para a netnografia como ferramenta central, a realização de entrevistas semi-estruturadas e a análise de dois estudos de caso. Este percurso metodológico foi desenhado para captar as nuances das narrativas feministas online, particularmente no Facebook, privilegiando a escuta de vozes que emergem de contextos específicos e reflectem múltiplas formas de agência, resistência e contradição no ambiente digital moçambicano.

## 2.4. FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DO FEMINISMO DIGITAL

### 2.4.1. Conceitos

Esta secção apresenta os principais conceitos utilizados nesta dissertação, fundamentais para compreender as dinâmicas de género, poder e visibilidade no activismo feminista digital em Moçambique. Abordam-se os conceitos de género, interseccionalidade, patriarcado e feminismo digital, com enfoque nas suas aplicações práticas no contexto moçambicano.

Género é entendido aqui como uma construção social e histórica que organiza as relações entre homens e mulheres com base em normas de poder. Scott (1989) propõe o género como uma categoria analítica fundamental para compreender a desigualdade, enquanto Crenshaw (2004) amplia esse entendimento ao introduzir a interseccionalidade, conceito que permite analisar como género, classe, raça e outros marcadores sociais interagem e se reforçam mutuamente na produção de opressões específicas.

A interseccionalidade, neste estudo, é essencial para compreender como diferentes mulheres moçambicanas experienciam o espaço digital de forma desigual, devido a factores como origem étnica, nível educacional, contexto urbano ou rural, e acesso à internet. Este enfoque permite ir além de uma visão homogénea do "ser mulher" e captar a pluralidade de vivências dentro do activismo feminista *online*.

O patriarcado, por sua vez, é tratado como um sistema político e social institucionalizado de dominação masculina. Adopta-se a abordagem de Kate Millett (1977), que define o patriarcado como uma estrutura de poder que se manifesta em todas as esferas da vida, desde as relações interpessoais até as instituições políticas e económicas. Esta definição é particularmente relevante para compreender as dinâmicas de exclusão e resistência das mulheres moçambicanas, tanto no espaço físico quanto no digital.

De forma complementar, a crítica de bell hooks (1981; 2004) ao patriarcado racista e capitalista permite uma leitura mais sensível às desigualdades vividas por mulheres negras e pobres, frequentemente invisibilizadas mesmo dentro do movimento feminista.

Já o feminismo digital é entendido, segundo Reneses & Bosch (2023), como uma forma de activismo que se desenvolve por meio de plataformas digitais, permitindo que mulheres — especialmente em contextos de marginalização — se conectem, denunciem violências, e promovam pautas feministas. Em Moçambique, esse espaço virtual tornou-se uma alternativa crucial para jovens activistas expressarem as suas experiências, sobretudo quando enfrentam restrições nos meios tradicionais de comunicação.

No entanto, o feminismo digital também está inserido em lógicas neoliberais e dinâmicas de visibilidade que nem sempre incluem todas as vozes. Por isso, o conceito de capital digital e simbólico (Jouët, 2018; Nnaemeka, 2019) é útil para entender como determinados perfis, geralmente jovens, urbanas, com acesso a tecnologia e prestígio académico, se tornam mais visíveis e legitimados, em detrimento de outras formas de resistência mais silenciosas ou locais.

Assim, os conceitos mobilizados neste trabalho articulam-se para analisar de forma crítica as práticas de auto-representação, engajamento político e disputa simbólica que caracterizam o feminismo digital em Moçambique, reconhecendo simultaneamente os seus potenciais emancipatórios e os seus limites estruturais.

# CAPÍTULO III

## 3.1 Abordagem e Justificativa Metodológica

Esta pesquisa adopta uma abordagem mista, com predominância qualitativa, baseada na combinação de netnografia, entrevistas semi-estruturadas e análise de estudos de caso. Importa esclarecer que, ao nos referirmos à combinação de métodos, não estamos necessariamente a utilizar a definição clássica de *mixed methods* (Greene, 2007, Tashakkori, & Teddlie, 2010; Creswell, 2014 & 2018) que pressupõe a integração de abordagens qualitativas e quantitativas.

No nosso estudo, a complementaridade resulta da triangulação entre diferentes métodos qualitativos — netnografia, entrevistas e estudo de caso —, o que permitiu observar o fenómeno em diferentes níveis e aumentar a robustez da análise (Patton, 2015; Flick, 2018). Esta triangulação metodológica foi escolhida com o intuito de captar de forma mais ampla e rigorosa as dinâmicas do activismo feminista digital em Moçambique, permitindo uma análise multifacetada dos discursos, práticas e experiências das jovens feministas moçambicanas.

## 3.2 Etapas do processo de pesquisa

O processo de investigação iniciou com uma revisão exploratória da literatura disponível sobre feminismo digital e activismo online em contextos africanos e lusófonos. De seguida, realizou-se um mapeamento inicial de perfis de feministas moçambicanas no Facebook, tendo como critério a visibilidade pública e a consistência de produção de conteúdos com temáticas de género. A partir desta etapa, foram selecionados três perfis feministas, sediados na cidade de Maputo, com elevada actividade e interação entre os anos de 2019 e 2024 – período marcado por mudanças sociais significativas associadas à pandemia da COVID-19 e ao crescimento do uso das redes digitais no país.

Em paralelo, desenvolveu-se o desenho e aplicação de entrevistas semi-estruturadas a dez activistas feministas selecionadas através da técnica de bola de neve. As entrevistas ocorreram em junho de 2024, em língua portuguesa, e foram gravadas, transcritas e posteriormente codificadas para garantir o anonimato das participantes. Por fim, procedemos com à análise de dois estudos de caso de campanhas feministas, uma sendo uma campanha digital e outra uma campanha mista, *online* e *offline*: #SouNtavase e Observatório das Mulheres. A selecção destas campanhas teve como base critérios de relevância temática, temporalidade (ambas realizadas em 2020), foco em direitos das mulheres e uso estratégico de plataformas digitais.

## 3.3 Métodos

### 3.3.1. Netnografia

Para Soares (2021) a netnografia é uma das ramificações da etnografia utilizada específicamente para as análises do campo virtual. Enquanto a etnografia é mais utilizada por pesquisadores da área do marketing e da administração, a etnografia virtual é uma ferramenta mais apropriada por pesquisadores das ciências sociais e antropologia. De acordo com Santos e Gomes (2013) a netnografia *pode ser definida como um* método usado para análise das mídias sociais capaz fornecer respostas sobre as interações que ocorrem na esfera virtual. Para Koznets (2014) este é um método específicamente relevante pela sua capacidade em adaptar procedimentos etnográficos com aspectos peculiares da interação social mediada por computador e ao fazer isso, permite ao investigador chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenómeno cultural.

Nesta pesquisa a netnografia permitiu aceder aos modos de expressão, interacção e resistência das jovens feministas moçambicanas no ambiente virtual. Foi possível compreender os padrões de engajamento digital, as narrativas mais partilhadas, o perfil dos seguidores e as reacções geradas pelas publicações. Esta abordagem forneceu nuances sobre como as plataformas digitais, especialmente o Facebook, têm sido apropriadas como ferramentas de denúncia, solidariedade e afirmação de identidades femininas.

### 3.3.2. Entrevistas Semi-Estruturadas

A entrevista semi-estruturada é uma técnica de coleta de dados qualitativa caracterizada por um roteiro flexível com perguntas previamente elaboradas, mas que permite adaptações ao longo da conversa. O entrevistador pode explorar temas emergentes de acordo com as respostas do entrevistado, o que favorece uma compreensão mais profunda das percepções, experiências e significados atribuídos pelos participantes. Triviños (1987) destacou a importância da combinação entre perguntas abertas e fechadas como uma das especificidades dessa técnica, que possibilita ao pesquisador explorar aspectos subjectivos sem perder o foco do objectivo da pesquisa.

Gil (2008) enfatizou que a entrevista semi-estruturada é ideal quando se deseja obter informações detalhadas sobre factos, comportamentos ou sentimentos, uma vez que permite liberdade de expressão, enquanto garante com que os dados sejam colectas de forma uniforme. Para Minayo (2009) a entrevista semi-estruturada é uma das técnicas mais importantes da

pesquisa qualitativa, pois permite captar o discurso do outro em profundidade, respeitando sua lógica e seu contexto. Para a finalidade deste trabalho, as entrevistas semi-estruturadas aprofundaram a dimensão subjectiva e experiencial do activismo. Através dos relatos das participantes, obtiveram-se dados sobre suas trajetórias, motivações, percepções de risco, formas de organização e estratégias de resistência. Este método foi crucial para dar voz às próprias protagonistas do fenómeno estudado, respeitando as suas individualidades e contextos.

### 3.3.3. Análise de Estudos-de-Caso

A análise de estudos de caso é um método de pesquisa qualitativa que busca examinar profundamente um fenômeno dentro de seu contexto real, geralmente por meio de múltiplas fontes de evidência. Essa abordagem permite uma compreensão detalhada e contextualizada de processos sociais, culturais ou institucionais (Gary, 2011). Merriam (1998) argumenta que o estudo de caso é especialmente útil nas ciências sociais porque permite ao pesquisador explorar em profundidade questões complexas, com foco na compreensão e interpretação.

Yin (2005) por sua vez, define o estudo de caso como uma investigação empírica que examina um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidas. A análise de estudos de caso contribuiu para uma compreensão mais estruturada e contextualizada de iniciativas colectivas de activismo digital. As campanhas estudadas evidenciaram formas inovadoras de mobilização e articulação política virtual, revelando tanto as potencialidades quanto os limites da esfera virtual como espaço de intervenção feminista.

## 3.4 Limitações da pesquisa

Durante a pesquisa, enfrentaram-se limitações de acesso a perfis e interações nas redes sociais, dado que muitos conteúdos são restritos a círculos privados. Para mitigar este desafio, selecionaram-se apenas perfis públicos com histórico consistente de engajamento. Outra limitação foi a escassez de literatura nacional sobre feminismo digital, o que exigiu a adaptação de referenciais teóricos internacionais (como Kozinets, 2019 e Rubin & Rubin, 2012), aliados a estudos africanos relevantes. Esta lacuna foi colmatada através de triangulação metodológica e cruzamento de dados, aumentando a robustez analítica do estudo.

Adicionalmente, a complexidade e sensibilidade temática representaram outro desafio. A investigação implicou o manuseamento ético de informações sobre lutas sociais marcadas por

resistência, estigmas e violência, exigindo cuidado no tratamento dos dados, autorização informada e proteção da identidade das entrevistadas.

### 3.5 Reflexividade

É fundamental reconhecer que este trabalho é também atravessado pela minha posição social, académica e identitária. Enquanto mulher jovem, moçambicana e investigadora comprometida com a justiça social e de género, tive maior abertura e confiança por parte das participantes, o que facilitou a recolha de depoimentos sensíveis. Contudo, essa mesma proximidade pode ter introduzido viéses na interpretação dos dados, especialmente na identificação com as lutas das entrevistadas.

A minha identidade proporcionou acessos únicos, mas também limitou a capacidade de generalização dos resultados. Este é um reconhecimento metodológico necessário: a produção de conhecimento social é sempre situada e relacional. A consciência dessas implicações levou-me a adoptar uma postura reflexiva e comprometida com a transparência epistemológica, reconhecendo os limites e potências da investigação realizada.

Para além da minha posição enquanto mulher, duplamente moçambicana e brasileira, a minha formação em áreas ligadas às ciências sociais, bem como o meu envolvimento com redes de activismo e trabalho humanitário, contribuíram para uma sensibilidade particular no trato das questões abordadas. Estas experiências moldaram não só as perguntas que considerei relevantes, mas também a forma como interpretei os discursos das participantes e contextualizei as dinâmicas dos feminismos, mas sobretudo o feminismo da quarta onda que aqui caracterizo por digital no país.

É também importante referir que o facto de viver e experienciar as realidades sociais, culturais e políticas moçambicanas, muitas vezes marcadas por desigualdades de género e tensões entre tradição e modernidade, influenciou a minha leitura crítica sobre as estratégias e os limites do activismo digital feminista. Este envolvimento directo fortaleceu o meu compromisso com uma investigação que não apenas observa, mas também contribui para a transformação social.

A experiência em Organizações da Sociedade Civil (OSC) nacionais deu-me contacto directo com dinâmicas de base, onde as reivindicações por direitos e igualdade de género muitas vezes

se expressam em formas não enquadradas pelos discursos hegemónicos do feminismo digital. Por outro lado, o meu envolvimento actual com o sistema das Nações Unidas – e o acesso que ele proporciona a espaços de decisão e agendas globais – expôs-me às tensões entre diferentes linguagens feministas: aquelas institucionalizadas, com maior visibilidade e legitimidade internacional, e outras mais marginais, locais e plurais, frequentemente silenciadas.

Esta dupla vivência permitiu-me não só identificar quais vozes tendem a ecoar com mais força no debate público e nos espaços digitais, mas também questionar-me sobre a minha própria localização nesse cenário. Foi com desconforto e curiosidade crítica que me vi a interrogar se – e em que termos – poderia considerar-me parte do feminismo contemporâneo, tal como se expressa online. Esta interrogação pessoal atravessa a pesquisa e reforça o meu compromisso com uma abordagem situada, ética e consciente das hierarquias internas aos próprios movimentos que se pretendem inclusivos.

## 3.6. Delimitação dos Estudos-de-Caso

### 3.6.1. Feminismo Digital e Construção do *Self* no Facebook em Moçambique

Este estudo centra-se no activismo feminista digital promovido por jovens mulheres moçambicanas, com foco nas formas como constroem a sua auto-representação e desafiam o patriarcado nas redes sociais, especialmente no Facebook. A escolha dessa plataforma justifica-se pelo seu amplo uso no país e pela sua importância como espaço de engajamento político e social (Tsandzana, 2020). O recorte temporal (2019–2024) contempla o período de intensificação do uso das redes digitais durante a pandemia da COVID-19, marco relevante para a visibilidade do activismo online.

O estudo tem como objectivo compreender de que modo estas activistas utilizam o espaço digital como ferramenta de resistência simbólica, afectiva e política. Nesse processo, são analisadas práticas discursivas, estratégias de visibilidade e tensões que atravessam a produção de narrativas feministas online, num contexto em que o discurso dominante ainda privilegia modelos de feminilidade brancos, ocidentais e heteronormativos (Mama, 2004; Oyewumi, 2020; Tamale, 2020).

Com a apresentação do percurso metodológico que orientou esta investigação, incluindo a fundamentação da abordagem netnográfica, os critérios de selecção dos casos e a nossa reflexividade, passamos agora à análise empírica dos dados recolhidos. O Capítulo IV examina

de forma aprofundada os discursos, performances e estratégias narrativas produzidos nas campanhas digitais feministas moçambicanas, com foco no Facebook. Esta análise pretende identificar como se constrói o "ser e fazer feminismo" no ambiente digital, articulando elementos colectivos e individuais, políticos e emocionais, estruturais e simbólicos. Através das campanhas #SouNtavase e Observatório das Mulheres, serão analisadas as tensões entre agência individual e invisibilidade estrutural, bem como os riscos, limites e potencialidades das práticas feministas online num contexto marcado por desigualdades múltiplas.

# CAPÍTULO IV

## 4.1. SER E FAZER FEMINISMO NO DIGITAL: ENTRE ACTIVISMO COLECTIVO E PERFORMANCE INDIVIDUAL EM MOÇAMBIQUE

A Internet está cada vez mais interligada às experiências diárias das pessoas. No contexto feminista, tem promovido mudanças significativas na forma como as tecnologias de informação são apropriadas (Haraway, 1995). Activistas de vários países africanos utilizaram os espaços digitais para mobilizar e construir movimentos de resistência a sistemas opressores, promovendo mudanças dentro e fora das redes sociais (Odoi, 2023).

O movimento #MeToo exemplifica como uma mobilização global pode ser adaptada a contextos locais para fins semelhantes, tendo surgido nos Estados Unidos e na Europa e rapidamente sido apropriado por mulheres em várias partes do mundo, que o moldaram às suas realidades específicas (Ghadery, 2019). Tornado viral em 2017, após denúncias contra figuras influentes de Hollywood, começou com um simples tweet que incentivava sobreviventes de violência sexual a dizerem “Me too”. Em poucas semanas, mais de dois milhões de publicações foram partilhadas em 85 países, assinalando um ponto de viragem no uso das redes digitais como ferramenta de luta feminista (Wexler, 2019).

Embora possam existir diversas adaptações de apropriação dos espaços digitais se afirmando a cada dia mais como uma nova consciência feminista, conforme veremos a seguir, associada à chamada quarta onda do feminismo (Martinez, 20192021), persistem divergências académicas quanto à conceptualização desta nova dinâmica social. Neste capítulo, analisaremos as dinâmicas entre o feminismo e activismo praticados a partir de campanhas digitais com recurso ao uso de #hashtags em Moçambique, a partir das percepções construídas pelas experiências online, procuraremos compreender os significados atribuídos ao ser e fazer feminismo nos espaços digitais.

Serão discutidas as nuances entre a prática do feminismo, o activismo e a militância online, considerando que o ambiente digital desafia concepções tradicionais de envolvimento político, ao suavizar as fronteiras entre a participação simbólica, a mobilização organizada e o compromisso militante (Martinez, 2021).

Teremos a consciencia de que nem toda acção online representa, de facto, uma prática feminista transformadora; ou seja, partilhar uma publicação, organizar uma campanha ou manter uma luta contínua têm impactos e profundidades distintas. Assim, a análise destas nuances permitirá avaliar em que medida as novas formas de expressão política representam mudanças efectivas ou se limitam a gestos simbólicos ("slacktivism"), reconhecendo que o engajamento digital não é homogéneo ( Tanja, 2023).

A análise dividir-se-á em três partes: a primeira incidirá sobre duas campanhas colectivas (#SouNtavase e Observatório das Mulheres), explorando a estrutura das acções interactivas nas redes sociais e a percepção das entrevistadas sobre estas iniciativas; a segunda parte focar-se-á nas percepções individuais sobre ser e fazer feminismo no digital, com base em entrevistas semi-estruturadas, envolvendo a observação netnográfica de perfis de feministas activistas no Facebook, atentando à tendência de individualização das práticas através da construção do "selfie feminista"; por fim, na terceira parte, os dados empíricos serão confrontados com os referenciais teóricos sobre feminismo digital, acção colectiva, subjectividade e construção de identidades nas redes digitais, aprofundando uma leitura crítica dos fenómenos observados.

## 4.2 NARRATIVAS COLECTIVAS E *PERFORMANCES* INDIVIDUAIS: #SOUNTAVASE E O OBSERVATÓRIO DAS MULHERES

Nesta secção, pretende-se explorar como a implementação de campanhas permite compreender como os espaços digitais têm sido utilizados para denunciar violências, afirmar identidades femininas e disputar significados sobre o que é ser mulher em Moçambique. Contudo, ao mesmo tempo que promovem visibilidade e articulação política, essas plataformas também revelam tensões internas sobre quem fala, quem é escutada e quais experiências são legitimadas dentro do campo feminista nacional. Assim, será explorado o potencial emancipatório destas iniciativas, mas também os seus limites, à luz das dinâmicas do pós-feminismo e do neoliberalismo discutidas anteriormente.

Conforme mencionamos acima, no contexto moçambicano, é possível identificar algumas adaptações do movimento global #MeToo através de iniciativas locais como as campanhas #SouNtavase e o Observatório das Mulheres. Como apontado por uma das entrevistadas,

> ‘’*Penso que esta campanha (metoo) era extremamente necessária porque nós, mulheres,*

*utilizamos muito o espaço digital para sensibilizar para sobre os direitos das mulheres. A partir daí, podemos dar mais poder às nossas vozes."*

(EN, Junho de 2024)

No entanto, importa reconhecer que a convergência de vozes no espaço digital pode criar uma "imagem pretensiosa" de consenso**,** que, embora poderosa à primeira vista, tende a obscurecer divergências estruturais profundas dentro do próprio movimento, pois conforme afirmado por Egbunike (2024, p. 5), na prática, certas vozes continuam a ser silenciadas ou marginalizadas, devido a pratica de homogeneização das prioridades. Esta percepção reforça a necessidade de uma análise crítica das campanhas digitais feministas, que considere tanto os seus efeitos simbólicos quanto as suas limitações materiais e estruturais, conforme veremos com os exemplos de #SouNtavase e com o Observatório das Mulheres.

### 4.2.1 #SouNtavase: Um Caso que Gerou Mobilização e Justiça

O caso de Ntavase – nome fictício atribuído a uma menor sobrevivente de violência sexual – ilustra como o espaço digital foi captalizado como alternativa eficaz diante da ineficácia dos meios de comunicação social mais tradicionais. Este tipo de abordagem já havia sido discutida por alguns autores (Haraway, 1991; Fraser, 2009; Jouet, 2018; Ghadary, 2019; Wexler, 2019; Ferreira, 2020; Castells, 2020; Edbunike, 2024), onde afirma-se que as plataformas digitais permitem mais agilidades do que as formas de comunicação tradicionais, ampliando as forma de mobilização, ultrapassando barreiras de visibilidade e permitindo maior alcance. Egbunike (2024), enfatiza, especificamente, que horizontalidade dessa forma de comunicação, embora resida no facto de permitir um encontro de opiniões semelhantes sobre determinado assunto, mas que por outro lado, cria uma imagem ‘’ pretenciosa’’ dos novos meios de comunicação como um espaço público ou mediático influente (Egbunike, 2024;5)

Com lesões físicas severas e necessidades emergentes, a família da sobrevivente contou com o apoio de activistas que usaram plataformas como o Facebook e o WhatsApp para exigir justiça e apoio material para suprir as necessidades básicas da menor. O caso atraiu grande atenção da sociedade civil e de activistas femininas, que utilizaram o Facebook como plataforma para demandar por justiça em nome de Ntavase. O infrator foi condenado a uma pena de 24 anos de

prisão, que é a pena máxima permitida pelo Código Penal em Moçambique. Para além disso, foi obrigado a pagar uma quantia de 150.000,00 meticais como restituição financeira à família Ntavase.

A campanha #SouNtavase tornou-se, assim, um marco no uso do digital como ferramenta de activismo, criando hashtags como #fuiviolada, #exijojustica e #exijorespeito. Conforme relatado por uma entrevistada,

> ‘*’A adopção das redes digitais foi estratégica, uma vez que os canais tradicionais, como a televisão, não ofereceram espaço de actuação rápida, muito menos uma resposta assídua, permitindo ao mesmo tempo a protecção dos dados da sobrevivente*.”
>
> *(DA, Junho de 2024)*

A mobilização virtual possibilitou, por um lado, o acesso a cuidados médicos e, por outro, a responsabilização do agressor. A campanha, inicialmente centrada em um caso específico, evoluiu para um movimento mais amplo, abordando questões estruturais de violência sexual e de justiça institucional em Moçambique.

A análise da campanha revela ainda a capacidade de transformação do activismo digital feminista, ao permitir que acções pontuais se convertam em movimentos sociais com impactos sistêmicos. As plataformas digitais, ancoradas nos princípios do ciber-feminismo, parecem ter aqui funcionado como espaços alternativos e acessíveis de expressão, especialmente em contextos nos quais o acesso à justiça e à mídia tradicional é limitado. Ainda assim, importa reconhecer que o acesso às tecnologias digitais não é uniforme, sendo moldado por desigualdades socioeconômicas e estruturais. Como observado por uma das entrevistadas,

> *‘’A visibilidade obtida online foi determinante para que o caso fosse levado a sério pelas instituições públicas e de justiça. Este reconhecimento reforça a importância da esfera digital como aliada estratégica na denúncia,*

*visibilidade e responsabilização da violência de género em Moçambique."*

(HM, Junho de 2024)

### 4.2.3 Observatório das Mulheres: Limites e Possibilidades da Acção Colectiva

O Observatório das Mulheres, por outro lado, embora não tenha emergido como uma campanha digitalizada nos moldes do #SouNtavase, configura-se como uma iniciativa colectiva e voltada à promoção da responsabilização institucional e à eliminação de barreiras que impedem o exercício pleno dos direitos das mulheres em Moçambique. Com um enfoque estratégico na defesa desses direitos, o Observatório representa uma resposta às formas tradicionais de organização feminista, propondo uma actuação conjunta e monitoramento contínuo das políticas públicas e das práticas discriminatórias. Ainda assim, uma das entrevistadas destaca as limitações de alcance e continuidade do movimento, ao referir-se à natureza pontual e esporádica das campanhas associadas ao Observatório:

*Sei que o Observatório da Mulher tem feito várias campanhas no espaço digital, mas o problema é que algumas campanhas são esporádicas e respondem a questões pontuais. O Ntavase é o resultado de um caso específico e, a partir daí, deu voz a outros, criando mais sustentabilidade. Outras campanhas são apenas eventos que desencadeiam a sua criação, mas não têm uma vida longa.*

(PT, Junho de 2024)

Esta observação traz à tona uma crítica recorrente no campo do activismo digital: a dificuldade em assegurar a sustentabilidade das mobilizações online, especialmente quando estas se organizam em torno de eventos pontuais e não se transformam em movimentos com continuidade. Essa realidade aponta para contradições inerentes ao feminismo digital contemporâneo, no qual a visibilidade imediata nem sempre se converte em impacto duradouro. Teoricamente, autores como Haraway, (1995); Bauerlein (2011) e Morozov (2013) e Mohanty (2017), alertam que a midia digital não possui capacidades de substituir a

importância das pessoas que as utilizam, pois  ainda que a tecnologia seja uma ferramenta poderosa, esta falhará devido a sua incapacidade de resolver problemas que na sua essencia são de origens liberais.

Sob uma perspectiva interseccional, a eficácia e a continuidade das campanhas dependem do acesso à tecnologia, da articulação entre acções *online* e *offline*, e da capacidade de inclusão de mulheres com realidades distintas. Somente a partir de uma análise mais aprofundada das dimensões sociais que limitam a participação das diferentes identidades é que poderemos ter uma noção da eficácia dessas novas formas de mobilização — sobretudo num contexto em que a participação é ainda mais importante que a representação, se o que se pretende é, realmente, a construção de uma sociedade mais inclusiva (Crenshaw, 1989; 1991; Pateman, 2009; Libardi e Jacks, 2020; Hills, 2020).

Outra entrevistada reforça essa ideia ao questionar a representatividade e a centralização do activismo em determinados contextos urbanos, especialmente Maputo:

> *"Sei que também existe o Observatório da Mulher, mas não percebo muito bem o que é que eles fazem. Não estou sediada em Maputo e, fora da capital, temos agendas diferentes. O nosso feminismo não é inclusivo porque muitas mulheres são mais privilegiadas do que outras. Da mesma forma, muitas dessas mulheres deveriam saber dar sem esperar nada em troca. Sinto que deve haver humildade na forma como abordamos o feminismo no espaço digital, sem trazer preconceitos baseados nas nossas experiências centralizadas. As mulheres não precisam de ser sempre representadas; devem também saber representar-se a si próprias."*
>
> (AA, Junho de 2024)

O depoimento acima revela não apenas a centralização geográfica e simbólica de no feminismo digital moçambicano, assim como revela, igualmente a tendência de protagonização que distancia-se das demais pautas, reforça igualmente as desigualdades já existentes. Ao chamar atenção para a necessidade de humildade e de práticas mais horizontais, a entrevistada abre

espaço para uma reflexão sobre como barreiras estruturais, tais como; as desigualdades socioeconómicas, a exclusão territorial e as limitações de acesso às tecnologias, moldam quem pode participar e ser ouvido no espaço digital. É precisamente sobre estas barreiras e exclusões que nos debruçaremos a seguir.

### 4.2.4 Barreiras Estruturais e Exclusões Digitais

Conforme vimos evidenciado no depoimento acima, tensões internas no feminismo digital moçambicano são existentes, especialmente no que diz respeito à centralização de vozes e experiências na capital e à exclusão de mulheres periféricas e rurais. Esse cenário reforça a necessidade de um feminismo mais horizontal e inclusivo, que reconheça o impacto das diferentes realidades sociais, culturais e até mesmo económicas das mulheres e que valorize a capacidade de auto-representação.

Para autores como Freeman, (1975), Kon (2002), Mohanty, (2003), Cochrane (2013), Bandeira, (2019) e Kyrillos (2019) essa realidade nos faz concluir que as mulheres encontram ao longo do seu percurso dificuldades específicas que criam barreiras para um nível maior de participação política e social e engajamento. Estas estratificações de realidades não as permitem aceder às mesmas ferramentas de expressão e mobilização digital. Assim, o feminismo digital corre o risco de reproduzir as mesmas exclusões estruturais que critica. É necessário, portanto, repensar estratégias que garantam maior representatividade e escuta activa desses grupos marginalizados.

Além disso, a análise das entrevistas aponta para as dificuldades estruturais que as mulheres enfrentam no uso da internet como ferramenta de activismo. O acesso limitado à internet, os custos elevados, a insegurança digital e a exposição a discursos de ódio representam barreiras concretas à participação plena:

> *"O grande desafio para este tipo de campanha é o custo da Internet. Também temos pessoas no espaço digital que ainda defendem a violência e expõem as mulheres sem contemplações. Embora seja um espaço onde podemos fazer o nosso activismo, o mesmo espaço continua a ser hostil para as mulheres. Não existe uma forma eficaz de proteger as mulheres no espaço digital. Além*

*disso, enfrentamos ataques de indivíduos, incluindo hackers, que visam as mulheres."*

*(DA, Junho de 2024)*

Essa perspectiva reforça a ambivalência do espaço digital: ao mesmo tempo que oferece oportunidades de mobilização, expressão e denúncia, continua a reproduzir violências e exclusões estruturais, o que também já havido sido constatado por Reneses e Bosch (2023). Se por um lado, o ambiente online, em Moçambique, não é neutro, e os riscos associados à exposição digital precisam ser considerados na construção de estratégias de activismo sustentável (Tsandzana, 2023).

Por outro lado, e conforme mostrado por Rottenberg (2017) uma característica específica se destaca neste mesmo feminismo; o reconhecimento selectivo de certas vozes em detrimento de outras, pois aspectos tais como a dinâmicas de poder, hierarquias sociais e preconceitos culturais se destacam na construção desses espaços o que resulta na marginalização das outras vozes (como por exemplo, mulheres rurais, com menor nível socioeconómico ou pertencentes a comunidades historicamente excluídas).

Nesse sentido, torna-se essencial pensar o feminismo digital não apenas como uma extensão da luta por direitos, mas como um espaço que exige mecanismos de protecção, inclusão e resiliência, capazes de enfrentar as desigualdades e violências que nele persistem. É exactamente por este motivo necessario uma reflexão mais ampla sobre as dinâmicas de poder que moldam o próprio feminismo digital, revelando a forma como ele oscila entre a resistência às várias estruturas e a sua adaptação a lógicas neoliberais, tema que exploramos a seguir.

### 4.2.5 Entre a Resistência e a Adaptação ao Neoliberalismo

Conforme vimos a partir da análise das duas campanhas acima, apesar das diferenças nas formas de mobilização e estratégias adoptadas por ambas— o #SouNtavase com uma forte presença nas redes sociais e o Observatório das Mulheres com uma actuação mais institucional e descentralizada – é possível identificar semelhanças estruturais nos desafios que enfrentam. Uma leitura crítica permite compreender que ambas estão inseridas num contexto onde o feminismo neoliberal reconfigura o conceito de *empoderamento*, transformando-o numa ferramenta centrada no investimento em capital humano.

Este modelo promove não somente a educação, o acesso à saúde, e o microcrédito, mas também e talvez sobretudo o empreendedorismo feminino como forma de emancipação. Contudo, frequentemente condiciona esses apoios a resultados económicos mensuráveis e imediatos, despolitizando o discurso feminista e desviando-o das suas raízes transformadoras (Biewener, 2015).

Esta crítica tem sido amplamente debatida por diversas autoras africanas, (McFadden, 2015; Adeboye, 2015; Tamale, 2020 e Oketch, 2023) que alertam para a importação acrítica de paradigmas de desenvolvimento pós-coloniais e a sua aplicação em contextos historicamente marcados por desigualdades estruturais. Oyěwùmí (2020) mesmo, assinalou a importância de se fazer uma análise crítica dos conceitos antes da sua aplicação a determinados contextos como o Áfricano, que possui especificidades múltiplas, mas sobretudo de essencia socio-cultural. Estas autoras denunciam igualmente que, ao invés de desafiar as dinâmicas globais de poder, estas agendas de desenvolvimento tendem a reproduzir lógicas ocidentais de progresso, sob a ilusão do emponderamento enquanto modelo ‘’smart’’ de desenvolvimento (Biewener, 2015), impondo novos modos de subjectivação às mulheres africanas.

No caso moçambicano, observa-se que tanto o #SouNtavase quanto o Observatório das Mulheres operam num ambiente onde os discursos de género são simultaneamente influenciados por agendas internacionais e constrangidos por estruturas locais de exclusão, o que nos mostra a essencia paradoxal dos ‘*’safe spaces”* ou espaços seguros, pois para se ter espaços seguros é preciso aceitar as advsersidades existentes entre os grupos assim como aceitar assumir a existencia de interseccionalidades. Por outro lado, perceber-se que estar-se ou sentir-se seguro não será algo inerente a todos exactamente devido a existencias dessas interseccionalidades que torna o outro diferente e/ou mesmo sujeito de exlcusão. É neste sentido que Okech (2023) afirma que reconhecer esse paradoxo é essencial para construir práticas mais conscientes e inclusivas, especialmente em contextos de feminismo digital, activismo online e trabalho comunitário.

Neste sentido, a análise das duas campanhas permite problematizar como os movimentos feministas digitais em Moçambique têm navegado entre a resistência e a adaptação ao modelo neoliberal, ora amplificando certas vozes e denúncias, ora sendo absorvidos por uma lógica de projectos com início e fim, desconectados de transformações estruturais duradouras.

Ultrapassada a análise das campanhas enquanto alternativas de expressões colectivas e de mobilização, importa agora observar como essas dinâmicas se desdobram no plano individual,

onde as experiências pessoais, a construção da autoimagem e as escolhas discursivas podem revelar tanto possibilidades de afirmação quanto riscos de exclusão. É nesse terreno que o feminismo digital em Moçambique se confronta com tensões entre o individualismo, o imediatismo e as desigualdades estruturais que moldam quem consegue, ou não, representar-se no espaço virtual.

## 4.3. NARRATIVAS INDIVIDUAIS E A AUTO-REPRESENTAÇÃO: ENTRE O INDIVIDUALISMO E O IMEDIATISMO E A EXCLUSÃO VIRTUAL

Conforme vimos na seçcão acima, o feminismo praticado na esfera digital surge em decorrencia do número crescente de iniciativas globais que passaram a utilizar as plataformas digitais para desafiar formas de opressão e dominação patriarcal específicas, tais como assédio e abuso sexual, e demais formas de violência baseada no género,  a exemplo da campanha #Metoo, movimento que buscou aumentar a consciencialização sobre diversos elementos do controle e dominação na construção da objectivação das mulheres, e assim mudando as perspectivas sociais, responsabilizando os perpetradores e, eventualmente, prevenindo a violência sexual de modo geral[1], redefinindo desta forma o ser e fazer feminismo nos tempos actuais.

Partindo da compreensão sobre o impacto global desses movimentos, torna-se agora relevante analisar como, a identidade feminista se constrói na intersecção entre a memória colectiva e as vivências individuais. Essa transição do colectivo para o pessoal revela como experiências, histórias e posicionamentos singulares se articulam, ou entram em tensão, com narrativas partilhadas, moldando diferentes formas de ser e fazer feminismo no espaço digital.

### 4.3.1 Identidade Feminista: Entre Memória Colectiva e Vivência Individual

Nesta sub-secção emergem das entrevistas percepções que oscilam entre a memória colectiva, marcada por referências históricas e lutas partilhadas, e a vivência individual, moldada por experiências pessoais, contextos locais e trajectórias únicas. As opiniões revelam convergências e divergências quanto ao significado de “ser feminista” e de “fazer feminismo”

[1] Ver página: https://hir.harvard.edu/metoo-movement-international/ acessado aos 15/05/2025

no contexto moçambicano. Em relação a este ponto, encontramos algumas diferenças e semelhanças de opiniões, primeiramente sobre o que significa ser feminista e fazer feminismo;

> *'' (...) ser activista, contribuiu para a minha construção e identificação como feminista." Sou, particularmente, feminista radical[2], pois me apercebi que esta corrente não surge de um preparo, mas sim por causa das várias revoluções e protestos que as mulheres faziam nos seus países quando elas tentavam negociar em pé de igualdade com os homens e eram repudiadas; essa era a forma de protesto ou resistência".*
>
> (F.M, 06/06/2024)

A afirmação da entrevistada acima, sugere que a construção da sua consciência feminista deu-se dentro de uma práxis colectiva ao longo do seu crescimento e desenvolvimento pessoal. Ao afirmar-se como feminista radical, esta entrevistada sugere a importância de se considerar os antecentes das lutas ancoradas à narrativas de resistências e em contextos vários, cujos momentos históricos e consequentemente de exclusão, resultavam no não poder de negociação.

Ao afirmar que "esta corrente não surge de um preparo, mas sim por causa das várias revoluções e protestos que as mulheres faziam nos seus países", corre-se novamente o risco de invisibilizar o impacto das opressões estruturais sobre outros grupos que partilham das mesmas condições socio-económicas, culturais e políticas. Nesses moldes, este feminismo assume um caráter excludente, pois parece poder ser sentido e vivenciado apenas por um grupo específico de indivíduos que partilham das mesmas ideias e experiências.

É precisamente por isso que O'Grady (1994) enfatiza a importância de se reexaminar a história do feminismo, em vez de julgá-lo apenas como uma tradição do pensamento político ocidental. Ainda que existam contradições na forma como este feminismo é pensado e vivido, contradições estas que derivam da compreensão do feminismo como uma resposta directa à opressão, e não como uma identidade pré-definida ou performativa , ele distancia-se de certas

[2] Para fins desta dissertação, percebemos o feminismo radical como a corrente do feminismo que tem no patriarcado como a essencia da opressão, cujo seu propósito final é a reestruturação dessa mesma sociedade de modo a eliminar esse patriarcado.

expressões do feminismo digital, marcadas pela lógica neoliberal contemporânea de visibilidade e consumo simbólico.

Aqui evidencia-se uma nova contradição: embora o feminismo radical se apresente como uma corrente que contesta a idéia de que o feminismo deve ser aprendido exclusivamente na academia ou nas redes sociais, reivindicando-o como um espaço de formação política, essa mesma perspectiva, no contexto em que é aplicada, também revela traços de exclusão. Assim como a academia representa um espaço marcado por privilégios de classe, conforme aponta Hooks (2023), o feminismo radical, tal como se manifesta, acaba por reproduzir essas mesmas dinâmicas de privilégio.

Tal como a entrevista anteriormente analisada, a que se segue também se identifica com a corrente do feminismo radical, ao mesmo tempo que evidencia, mais uma vez, as consequências e limitações desta forma de fazer feminismo num contexto marcado pela representação performativa e pelo consumo simbólico:

> *'' Não é somente o que está na tendência, mas sinto as vezes que o nosso feminismo é imediatista e age sobre consequências e não causas. Por tendência, percebo o feminismo que é praticado por nós mulheres, membros do movimento, focado apenas nas dinâmicas loucas do digital. Dessa loucura de estar no que é actual, e amanhã deixa de ser. Hoje é aquela mulher, porque houve um sequestro, amanhã é o abuso sexual."*
>
> (A. A, 07/06/2024).

Nota-se, assim, que o "ser e fazer" feminismo, especialmente no que se refere ao feminismo radical está, até certo ponto, ancorado na identificação de um "outro", cujas experiências e identidades, embora possam, distintas e semelhantes ao mesmo tempo. Isso revela que o feminismo radical, tal como percebido pelas entrevistadas, constitui-se enquanto um arranjo político e social praticado por um colectivo específico, com vivências e consciências partilhadas, e que portanto, nem sempre abarca a diversidade de realidades existentes. Essa falta de interseccionalidade, vendo as mulheres como um grupo homogéneo, colectivamente

oprimido pelos homens, sem ter em conta as diferentes experiências de opressão é exactamente o que o configura em uma corrente elistista e, portanto excludente (Cottais, 2021).

Essa ênfase em identidades específicas e experiências comuns tem imposto, igualmente, certas limitações e desafios àqueles que procuram posicionar-se dentro deste campo político essencial, mas que, por vezes, se torna restritivo devido à centralização de discursos. Isso reflecte, mais uma vez, o risco da redução, muitas vezes inconsciente, de um problema estrutural, como é o caso da desigualdade de género, a uma questão de fórum individual (Rottenberg, 2017). Ao privilegiar-se o foco em experiências individuais, marginalizam-se as lutas colectivas, e o discurso sobre transformação social dá lugar à busca por realização pessoal.

Vemos desta forma, que a transição entre as narrativas colectivas para expêriencias individuais evidencia não apenas uma mudança de ênfase, mas também um terreno fértil para a crítica à homogeneização e à confusão conceptual que atravessam o feminismo digital, questão que se aprofunda na secção seguinte.

### 4.3.2 A Crítica à Homogeneização e à Heterogeneidade Conceptual

As duas últimas entrevistas analisadas acima revelaram, portanto, duas realidades importantes: em primeiro lugar, um feminismo radical que tende a considerar as mulheres como um grupo homogéneo, desconsiderando outros factores interseccionais que contribuem para a reprodução das desigualdades sociais. Em segundo lugar, observa-se o surgimento de críticas ao feminismo radical, que é visto por algumas entrevistadas como algo extremo, insatisfatório e de caráter excessivamente individualista, o que vai contra a própria essencia radical desta corrente, que percebe as mulheres como um grupo de colectivo oprimido pelo homem (Scalon, 2014). Também se nota, em várias falas, um certo grau de indefinição ou confusão conceptual quanto ao que é, de facto, o feminismo radical e ao que ele representa no contexto actual.

Conforme notado por Ghadery (2019), sendo o indivíduo um actor económico, este mesmo actor torna-se o responsável por suprimir as suas necessidades, ou seja por assumir como sua responsabilidade pessoal o fardo de uma luta essencialmente colectiva, conforme podemos notar através do que foi dito pela entrevistada a seguir;

> *Por causa das facetas dos direitos humanos das mulheres não há como não ser feminista e activista em Moçambique. (...) há casos urgentes de VBG e demais*

> *privações. Me envolvo muito com questões dos direitos humanos das mulheres, e o tratamento que o país dá as mulheres é problemático.*
>
> *(...) através dos meus textos e como escritora, viso quebrar os estereótipos do género para uma maior reflexão sobre sexualidade, enfatizando maior liberdade ao prazer através da exploração deste campo vedado pelas normas sociais.''*
>
> (E.L, 06/06/2024)

Ao afirmar que ‘’o tratamento que o país dá as mulheres como algo problemático’’ esta entrevistada reitera a posição minimalista do Estado nesta nova configuração política, económica e social, cuja sua essencia baseia-se na ausencia gradual do Estado, resultando na despolitização gradual das várias instituições reguladores tais como fóruns legais (Wexler, 2019). É ainda por consequencia da prática neoliberalista, que coloca o ónus de alcançar a igualdade de género através da construção e da responsabilidade individual de cada mulher, que ignora as desigualdades estruturais e as dimensões de poder desequilibradas entre os géneros conforme afirmado por Ghadery (2019). Por outra, Rottenberg (2017) nota que a importância de “MeToo” reside no “poder da empatia, relacionado a capacitadade das pessoas em se tornarem sobreviventes e resilientes, tornando assim, visível que a violência sexual não tem a ver com as acções individuais das pessoas, que este é um problema sistémico”.

A entrevista acima evidencia ainda como esta abordagem do feminismo tende a favorecer perfis específicos de mulheres, geralmente urbanas, escolarizadas e com acesso a espaços de produção cultural e simbólica. Ao centrar a luta na liberdade sexual ao prazer individual, incorre-se novamente no risco de reduzir uma problemática estrutural a fenómenos individualizados. Embora essas dimensões sejam legítimas e relevantes, as mudanças que resultaram na perda da autonomia sobre o prazer ocorreram, conforme descrito por Arnfred (2015), num quadro de desenvolvimento e modernização que transformou as relações de género entre homens e mulheres. Isso se verificou, sobretudo, em relação a práticas culturais como os ritos de iniciação, que tradicionalmente permitiam às mulheres conhecer e dominar o seu corpo, a sua sexualidade e o seu prazer.

Com a nova conjuntura social e económica, esses ritos foram descontinuados, criando um vazio que não foi plenamente preenchido pelas novas formas de educação sexual (Arnfred, 2015),

como veremos mais detalhadamente a seguir. Importa, ainda, destacar que, nos dias actuais, a questão dos ritos de iniciação continua a dividir opiniões entre académicas, activistas e feministas moçambicanas. A literatura ocidental, com particular a Americana, frequentemente objectifica as mulheres de culturas não ocidentais, retratando-as como vítimas passivas de sociedades "tradicionais" ou "patriarcais" (Lazreg, 2005) estranhando a possibilidade de haver harmonia entre os indivíduos de determinadas comunidades e os seus costumes locais (Oyěwùmí, 2005). É por este motivo que, ainda que a liberdade sexual, seja um princípio fundamental do feminismo, torna-se problemático considerar-se o foco no prazer como sendo um problema maioritário, correndo-se ao risco de reforçar desigualdades já existentes num país marcado por profundas assimetrias socioeconómicas.

Neste contexto, é relevante destacar que algumas feministas de referência, como Oyěwùmí (2003), Chimamanda (2014), Tamale (2020) e Hooks (2023), já manifestaram críticas à noção de que o simples acto de se opor à dominação masculina ou defender a igualdade de género seja suficiente para definir alguém como feminista. Para estas autoras, ser feminista implica um compromisso mais profundo com mudanças estruturais e uma compreensão crítica das desigualdades.

Em contextos como o moçambicano, onde a maioria das mulheres enfrenta privações básicas, incluindo casos urgentes de violência baseada no género (VBG), esta ênfase na autonomia individual e no prazer pode parecer deslocada ou inacessível, gerando ainda mais clivagens dentro do próprio movimento feminista. Assim, este tipo de feminismo, ao operar segundo uma lógica de visibilidade, circulação de discursos e, por vezes, capitalização simbólica, corre o risco de ‘’tapar’’ reivindicações colectivas mais urgentes e necessidades concretas vividas por grande parte das mulheres no país, tais como o alto índice de literacia, a fraca inclusão digital e/ ou o quase inexistente acesso à terras, conforme podemos notar com o que foi dito a seguir:

> *‘’Para mim a abordagem do feminismo na esfera digital é complexa, porque boa parte das feministas possuem um desconforto sobre o espaço digital em si. Elas olham para a Internet como limitação, porque o feminismo não é digital em si, é algo que na esfera digital não se consegue ver.*
>
> *Temos muitas pessoas que lutam pelas mulheres na esfera digital, mas eles não vivem de facto esses*

*problemas. Mais ainda, se for digital é uma fragmentação e divisão entre o espaço físico e digital.*

(W.S, 09/06/2024)

Assim sendo, conforme o sugerido por Haraway (1995), o demasiado uso da tecnologia digital, é capaz de gerar maior ou igual opressão que o sistema patriarcal e o sexismo, devido ao seu carácter híbrido que dificulta a separação entre o real e o virtual tornando a experiência do sofrimento universal e estática, incapaz de ser submetido a outros padrões de medida (Hooks, 2020;32). Partindo desta reflexão crítica, avançamos agora para a análise de perfis e narrativas digitais, onde a exposição do corpo e a construção de identidades visuais nas plataformas sociais revelam as múltiplas disputas, tensões e contradições que atravessam o feminismo digital em Moçambique.

## 4.4. CORPOS EM EXPOSIÇÃO, FEMINISMOS EM DISPUTA: UMA ANÁLISE DE PERFIS E NARRATIVAS DIGITAIS

A presente secção, tem como propósito analisar criticamente a forma como o feminismo é construído e performado nas plataformas digitais, com foco nas análises de perfis da plataforma do Facebook. Nas sessões anteriores já iniciamos o debate sobre a forma de mobilização através das campanhas de *hashtags* e campanhas em *offline* assim, como as diferenças em termo de impacto. Nesta secção em específico, a partir da observação de perfis selecionados e com base numa abordagem netnográfica, procurar-se-á compreender de que modo a prática do *selfie*, concebida aqui como uma ferramenta individualista, contribui mais para a afirmação de certas identidades feministas nesses espaços, mas para além disso, tentaremos captar as observações e reações do público que as assiste.

Consideraremos nesta análise, o *selfie* não apenas como um acto de autorrepresentação visual, mas como uma estratégia discursiva e política, mediada pela exposição dos corpos e pela partilha de mensagens explícitas. Esta análise nos permitirá desta maneira, problematizar as formas de presença que ganham visibilidade nas plataformas, assim como as barreiras que a mesma cria contra quem não adere à mesma discursiva, seja por uma questão de manuseamento ou mesmo pela não identificação. Pretendemos, desta forma explorar dinâmicas de resistência,

mas também de exclusão. Buscaremos reflectir sobre os contornos do feminismo construído em redes e sobre os limites e potencialidades dessas práticas no contexto moçambicano.

### 4.4.1. Selfies, Visibilidade e Contradições na Representação Digital Feminista em Moçambique

O *"selfie"* é uma das formas de auto-expressão mais prevalecentes na cultura popular contemporânea, tendo se tornado assim ser uma manifestação da cultura em rede, que si só exalta os mais influentes em mobilização no activismo em rede, promovendo a capturação de algumas individualidades (Barnard, 2016). Sobre esta relação que se estabelece entre feminismo digital e ciber-feminismo e que pode igualmente ser manifestado através das apresentações artísticas, escrita criativa, liguagem de programação, a partir da representação dos corpos entre outros meios, a entrevistada a seguir afirmou o seguinte;

> *(...) é um feminismo praticado online, nosso espaço de marcha. Tem muito impacto na vida de mulheres jovens. Este é o nosso espaço de fala e ampliou nossa liberdade de expressão. A alguns anos atrás, pouco se via mulheres a falar sobre o corpo e seus papéis na sociedade, mas agora começam a surgir outras manas.*
>
> *(E.L, 06/06/2024)*

Conforme visto nas secções anteriores, o feminismo digital é um tópico que, embora ainda pouco discutido nos círculos académicos em Moçambique, começou a ser uma promessa significativa para a transformação desta sociedade com o maior engajamento social através das plataformas digitais, tais como o Facebook, Whatsup assim como o uso dos Selfies e hashtags (Andrade, 2021; Tsandzana, 2020).

Num contexto de expansão neoliberal, como o é para o caso de Moçambique, o uso dessas plataformas emerge, sobretudo como fruto do número crescente de iniciativas juvenis e feministas, fazendo-se sentir pela necessidade de maior visibilidade e notoriedade, tornando-se assim uma prática de consumo (Foysal, 2024), que se fundamenta sob o discurso alternativo de combate à opressão patriarcal, mas que sobretudo demanda o fim da dominação e o controlo dos corpos femininos, conforme podemos observar a seguir:

*Através dos meus textos, viso quebrar os estereótipos do género para uma maior reflexão sobre sexualidade, e maior liberdade para a exploração do prazer.*

(E.L, 06/06/2024)

Algumas academicas africanas, tais como; Amadiume (1987), Oyewumi (2003), Mcfadden (2011), Tamale (2020) entre outras, reconheceram o problema da perspectiva etnocentrista no feminismo do sul global, problematizando desta forma, o impacto da expansão neoliberal na construção dos discursos feministas contemporâneos como à apropriação de determinada ideologia, a neoliberal neste caso, que privilegia a agência individual, a responsabilidade pessoal e o *empoderamento* como iniciativas isoladas, em detrimento da luta colectiva e da transformação estrutural. Ao enquadrar as questões de género pela óptica da escolha individual, esta perspetiva tende a obscurecer as desigualdades sistémicas, sobretudo aquelas que afectam populações marginalizadas, e a enfraquecer a crítica feminista às estruturas do capitalismo (Bennet, 2024). Por este motivo, a importancia da decolonização (Tamale, 2020).

Em sua análise crítica, Oyěwùmí (2003), por exemplo, aponta os problemas do que chamou de "universalização da derrota feminina", ao questionar a tendência de se assumir o patriarcado como uma condição universal e homogénea. A autora argumenta que tal concepção foi, em grande medida, construída a partir de um processo de transição entre sociedades, no qual se impôs uma visão hegemónica do feminino, moldada segundo os parâmetros da experiência da mulher ocidental inserida numa estrutura social patriarcal. Obiora (2004) é ainda mais crítica quanto a este ponto, ao assumir que os feminismos nos países africanos são feminismos de negociação, ou *negofeminismo* no qual para que haja uma efectivação é necessário a sua subordinação à uma agenda imposta e estruturadas por interesses externos que resultarão em condicionalidades a e que portanto, actuará como aspecto limitante para novas formas ou estratégias de mobilização que ofereçam alternativas conscientes sobre as diversidades socioculturais locais.

Esse processo implicou a reconstrução da identidade de todas as mulheres à imagem da mulher ocidental, apagando especificidades históricas e culturais de outras realidades sociais. Esta concepção eurocentrica da mulher branca para além de continuar impactando os estudos interculturais sobre a mulher (Oyěwùmí, 2003; Zeleza, 2005; Basimile, 2013), transcede igualmente para o activismo feminista, que no contexto do neoliberalismo, irá contribui para o

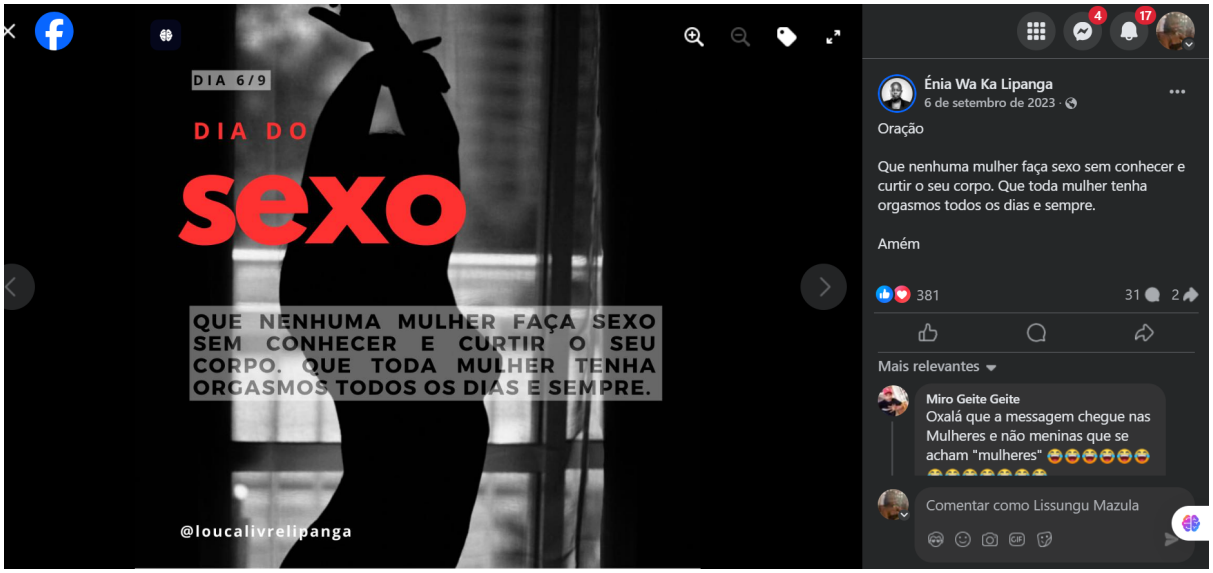
reforço das desigualdades pré-existentes restringindo significativamente o seu alcance e eficácia, ao promover uma lógica individualista que desvaloriza abordagens colectivas e críticas estruturais (Davanger, 2018). É nesse contexto que determinadas expressões feministas no espaço digital ganham visibilidade ao recorrerem ao corpo como principal veículo de enunciação política, ora desafiando tabus, ora reproduzindo leituras objectificantes conforme veremos a ser.

### 4.4.2. O "Dia do Sexo" e o Activismo Corporal no Facebook: Ambiguidades entre o empoderamento e a objectificação

Entre as múltiplas formas de mobilização feminista online, destacam-se aquelas que utilizam imagens e narrativas corporais para provocar debate e romper silêncios. Estas iniciativas, ao mesmo tempo que buscam subverter normas patriarcais, confrontam-se com interpretações díspares e, por vezes, contraditórias por parte do público.

Num contexto de hibridismo entre o espaço físico e o espaço virtual, o uso da plataforma do Facebook embora ofereça, por exemplo, um fórum de resistencia, servindo assim para desafiar tabus de género e sexo,  oferece sobretudo oportunidades não só de interacção, como também para maior visibilidade e notoriedade. No dia 6 de Setembro de 2023, uma activista e feminista, que se destaca sobretudo como poetisa e rapper que promove a luta contra práticas sociais nocivas, utilizou da sua página no Facebook, para anunciar o ‘’Dia do Sexo’’, através de uma mensagem virtual-gráfica da representação do corpo feminino, levantando conversas sobre a nudez enquanto objecto para mais do que erótico, mas também político.

O ‘’Dia do Sexo’’ denota, neste sentido, uma chamada provocativa que reivindica o prazer feminino como um direito constante e não condicionado, para além de promover, por um lado, mais autonomia corporal e auto-conhecimento. A mesma publicação (abaixo) apresenta-se com 381 reacções, dentre as quais 293 *Likes*, 83 adoros, 3 risos e 2 força e o total de 31 comentários.




**Screenshot 1:** publicação Énia Lipanga (usada sob autorização)

Observa-se um corpo feminino nu, estilizado em preto, que enfatiza a importância de a mulher explorar o prazer de forma individual, fora do contexto relacional tradicional, como um exercício de liberdade, autonomia e agência sobre o próprio corpo. A escolha estética e textual reforça uma proposta de desconstrução de padrões impostos, sugerindo que o corpo feminino deve ser reconhecido como espaço legítimo de prazer, e não apenas de reprodução ou desejo alheio.

A imagem em análise apresenta-se como uma reivindicação feminista que procura desafiar as normas sociais em torno da sexualidade e os tabus relacionados ao corpo feminino. Ao abordar de forma directa temas como o autoconhecimento, o prazer e o orgasmo, a publicação para além de denunciar a marginalização histórica do corpo da mulher e o silenciamento do seu prazer, denuncia sobretudo o opressão e dominação masculina sob o corpo feminino, exigindo liberdade. No entanto, ao mesmo tempo que promove uma mensagem de *empoderamento*, a imagem também suscita controvérsias no espaço público digital, nomeadamente em relação à representação sexualizada do corpo feminino, à promiscuidade, à prostituição e à homossexualidade feminina (lesbianismo), revelando as múltiplas camadas de interpretação que esse tipo de conteúdo pode gerar conforme podemos ver num dos comentários analisados, um seguidor afirma:

*"Oxalá que a mensagem chegue às mulheres, e não às meninas que se acham 'mulheres'"*, sugerindo que o conteúdo partilhado, além de explícito, é de natureza adulta e pode ter repercussões específicas, sobretudo entre determinados públicos. Este tipo de reacção reflecte

preocupações sociais sobre quem consome e interpreta mensagens feministas nas redes, e como isso se relaciona com maturidade, género e contexto sociocultural, mas sobretudo, com o objectivismo do corpo feminino. Neste sentido, a entrevistada a seguir disse o seguinte:

> *As mulheres continuam a ser objectivadas, usam seus atributos físicos para ganhar curtidas, e os conteúdos das mulheres são mais criticados do que os dos homens. Em relação à objetivação dos corpos, sempre houve diferentes tipos de feminismos em todo o mundo. Eu gosto de acreditar que esses movimentos surgem porque existem grupos silenciados; se estão lá para dar voz, é porque há um motivo para isso, mas é preciso ter clareza sobre onde queremos chegar.*
>
> *Não sei se é um grupo de pessoas que vai para ali, então eu vou. Para mim, a questão é se essas mulheres que se expõem estão cientes das repercussões que isso causará, ou se estão focadas em demonstrar que as mulheres podem fazer escolhas. Precisamos entender os motivos por trás das acções. Quando queimaram sutiãs, era para reivindicar seu lugar na sociedade. Agora, a questão que me ocorre é se o exibicionismo está relacionado a isso. Por exemplo, eu sou feminista e defendo os direitos das mulheres, mas não o faço através do meu corpo*
>
> *(D.M 06/2024)*

Esta entrevista evidencia, mais uma vez, a ambivalência que permeia as formas de representação do corpo feminino. Se por um lado, interpretado como um sinal de emponderamento, por outro lado frequentemente interpretada pelo público como expressões de vulgaridade e banalização. Esta entrevista para além de problematizar o uso do corpo feminino como estratégia de resistencia, faz igualmente uma crítica às estratégias de

reivindicação, utilizadas pelas  feminista activistas nas redes sociais. A autora destaca a persistência da objetivação das mulheres e a forma como seus corpos continuam a ser utilizados, por vezes pelas próprias mulheres, como ferramenta de visibilidade, num ambiente digital onde o conteúdo feminino é frequentemente mais criticado do que o masculino. Esta observação revela não só a continuidade de normas sexistas.

Ao refletir sobre os diferentes feminismos e a existência de grupos silenciados, a interlocutora reconhece a diversidade das experiências femininas e a legitimidade das várias formas de activismo. No entanto, aponta para a necessidade de consciência crítica sobre os meios utilizados para expressar essa luta. A questão central que pode ser colocado seria saber se o uso do corpo revela uma forma de expressão enquanto um acto de liberdade ou de reprodução de estereótipos. É pertinente e remete para debates internos ao próprio feminismo, entre autonomia e coisificação, entre empoderamento e conformidade ao olhar patriarcal. É exactamente por este motivo que Tamale (2020) sublinha a importancia de se considerar a experiencia local na aplicação de determinados modelos, pois os enquadramentos teóricos e estratégias de resistência desenvolvidos em contextos ocidentais nem sempre correspondem às realidades socioculturais de outras regiões, como o é para o caso de Moçambique.

Por fim, ao afirmar que defende os direitos das mulheres, mas não através do corpo, a entrevistada explicita uma postura feminista mais tradicional ou moderada, que valoriza a acção política e simbólica desvinculada da exposição corporal. Esta posição, contudo, pode também ser interpretada como uma crítica implícita à pluralidade de estratégias feministas contemporâneas, especialmente as que se expressam por via da estética e da corporeidade, demonstrando as tensões internas e geracionais que atravessam o feminismo actual.

Simultaneamente, a própria noção de "grupos silenciados" emerge a partir de um discurso hegemónico de matriz ocidental, cuja imposição tem contribuído para o estabelecimento de um monopólio da produção académica em África, exercido maioritariamente por mulheres brancas. Tal domínio tem resultado não apenas na construção de imagens distorcidas, mas também na deturpação das realidades sociais africanas conforme mencionado por Oyěwùmí, (2003).

Ao analisar a *selfie* como um acto político, é crucial reconhecer a tensão inerente entre a auto-expressão e a cumplicidade sistémica, ou seja como as insituições, estruturas sociais e mesmo indivíduos podem compactuar para perpetuar práticas ou discursos discriminatórios, pois o acto de apresentar uma imagem com curadoria, composição e poder pode servir simultaneamente

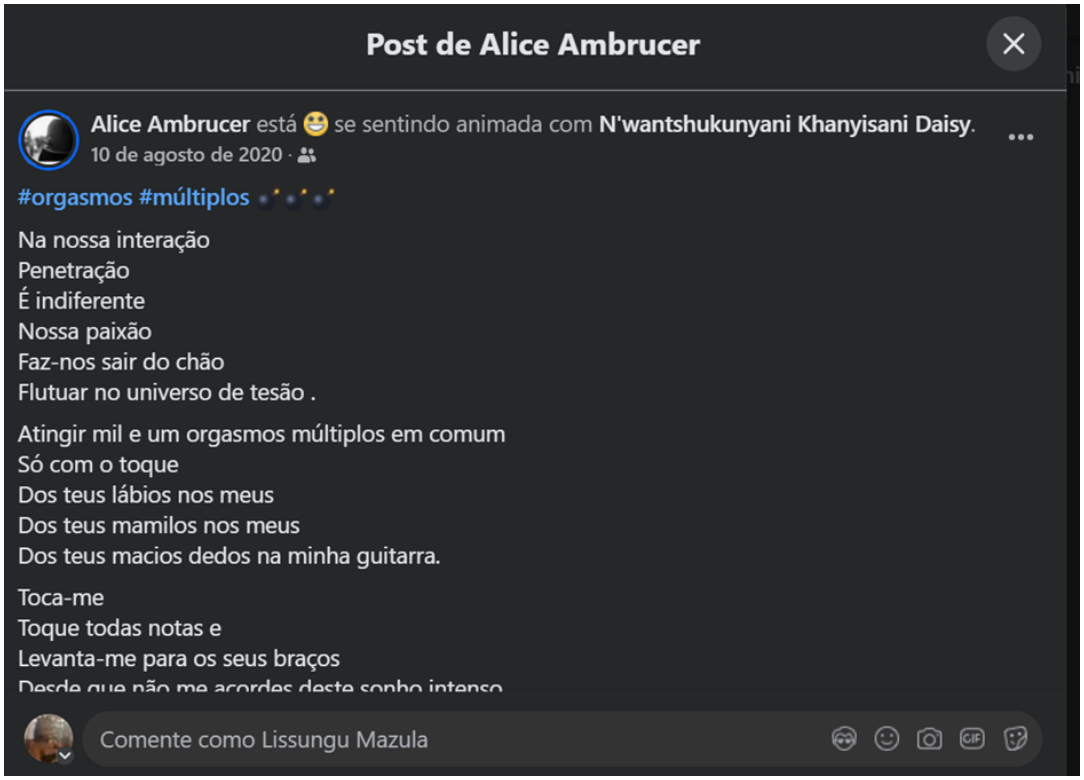
como uma forma de resistência, pode igualmente estar a contribuir para a imposição de comportamentos dominantes, pois conforme discutido por Quah (2021), esta visibilidade envolve muitas vezes a troca dos nossos corpos pelo acesso a plataformas moldadas por lógicas capitalistas, patriarcais e dominantes entre brancos. Assim, embora o uso das *selfies* possa ter benefícios, estas estão igualmente entrelaçadas as próprias dinâmicas de poder que as feministas buscam subverter. Neste sentido, a *selfie* feminista é duplamente uma estratégia discursiva de visibilidade e um local de tensão, onde a resistência e a contradição coexistem.

Vale ainda destacar que este conteúdo é predominantemente acessado por utilizadores situados nas capitais do país, com destaque para Maputo-Cidade, onde os níveis de literacia digital e acesso às plataformas de comunicação social são mais elevados. Segundo dados da *Hootsuite* (2025), o grupo etário mais activo nas redes sociais em Moçambique situa-se entre os 15 e os 39 anos, sendo que 49% deste público é composto por mulheres, dentre as quais mais jovens. Este dado reforça a importância de analisar criticamente as formas como mensagens feministas circulam no espaço digital e os efeitos que produzem nos diferentes segmentos da sociedade.

Essa predominância de um público jovem e urbano na recepção das mensagens feministas digitais evidencia que as práticas discursivas e visuais não têm impacto homogéneo, mas dialogam de forma diferenciada com grupos específicos, reproduzindo também desigualdades no acesso e na apropriação destas narrativas. Neste cenário, emergem outras expressões que exploram linguagens alternativas, para reivindicar autonomia sexual e questionar normas hegemónicas.

### 4.4.3. Erotismo, Poesia e Resistência: Representações Alternativas da Sexualidade Feminina

Entre as vozes que se destacam neste campo, encontram-se activistas que utilizam a literatura e a performance poética como instrumentos de resistência, articulando discursos sobre prazer, corpo e liberdade. Estas produções incorporam uma dimensão política que confronta a marginalização histórica da sexualidade feminina e propõe novas formas de agência. Vejamos o exemplo a seguir, no dia 10 de Agosto de 2020, uma jovem activista e feminista, fez uma publicação de um poema intitulado ‘’Orgasmos múltiplos’’, no qual expõe a importância do toque feminino, envolvimento pessoas do mesmo sexo, e o auto-conhecimento corporal, conforme podemos ver na publicação abaixo;




**Screenshot 2:** publicação de Alice Ambrucer (usada sob autorização)

O poema centra-se no corpo feminino e na reciprocidade do prazer entre pessoas do mesmo sexo. O mesmo procura quebrar com tabus sociais e normas heteronormativas que historicamente silenciaram a sexualidade da mulher  negando, assim a exploração pessoal do prazer. A ausência da penetração como elemento central do prazer, sugere uma rejeição ao padrão sexual dominante ao que em determinadas vezes é atribuído como prática de assédio sexual ou o estupro, criando assim uma nova realidade e oportunidade para a construção de novas retóricas, a partir do qual através do auto-toque, (considerando aqui, a prática realizada por corpos iguais) a mulher se torna fonte da sua própria satisfação. Isto permite extrapolar o toque, podendo ser igualmente alcançado pela conexão emocional e na valorização dos sentidos, assim como o poder de auto-determinação sobre o corpo feminino.

O poema, nesse sentido, não é apenas uma expressão de erotismo, mas também uma afirmação política da liberdade sexual e da potência do corpo feminino, imposta através da crítica a cultura e a tradição enquanto barreiras para o autoconhecimento, autoafirmação e para o poder feminino. Sobre esta crítica, Arnfred (2015) e Obiora (2020) fazem uma crítica central à supressão da diferença dentro do próprio feminismo, pois conforme Obiora (2020), por exemplo, pensamento feminista, ao adoptar uma perspetiva homogénea sobre as mulheres, tende reflectir uma parcialidade ideológica que silencia vozes divergentes. Ao presumir que

todas partilham dos mesmos interesses e desejos assim como sofrem das mesmas discriminações. De modo que para esta autora, corre-se o risco de reproduzir exclusões internas e reencenar as opressões patriarcais, comprometendo o ideal emancipador do movimento.

Ainda sobre este ponto e conforme o mencionado num dos capítulos anteriores, Arnfred (2015), no seu estudo sobre os ritos de iniciação em Moçambique, problematiza a visão moderna e universalista que desconsidera a complexidade cultural e simbólica das práticas locais, como por exemplo, os ritos de iniciação, a própria circunscisão masculina (Medeiros, 2007). Ao impor uma narrativa de emancipação baseada em valores ocidentais e na lógica de progresso socialista, num contexto de modernização, Arnfred (2015) se preocupa com o facto de terem sido bloqueadas formas tradicionais de saberes e identidades femininas consideradas como obstáculos ao desenvolvimento.

Portanto, marcando ao mesmo tempo o início de um projeto político de homogeneização, que ignorou as formas locais de agência das mulheres enquanto reforçava a ideia de libertação feminina dissociada da realidade cultural local, o que mais tarde resultou na marginalização de práticas culturais que, apesar de controversas, também podiam conter elementos de resistência e coesão comunitária, uma vez que as jovens em iniciação aprendiam não somente a obediência aos homens, como também aprendiam como se encarregar da própria sexualidade (Arnfred, 2015). É nesta onda, que a activista abaixo pensa ser difícil se idenficar como feminista nos tempos actuais, conforme podemos observar a seguir;

> *''É uma pergunta difícil por causa da forma como o feminismo é visto no contexto africano, e as vezes é difícil se assumir. Eu sou uma mulher que advoga pela igualdade e respeito das liberdades.*
>
> *Essa é uma perspectiva dos últimos tempo, no qual eu não queria me identificar como uma feminista. A gente tem algum cuidado, pois, pensa-se de forma errada, que as mulheres odeiam os homens e estão numa luta. O feminismo é assim como uma bola no qual é formado para e pelas mulheres.*
>
> (E.N, 10/06/2024)

A entrevista revela a complexidade e a ambivalência em torno da identificação com o feminismo no contexto africano decorrente das percepções negativas associadas a esta corrente, oque evidencia como, em certos contextos socioculturais, o feminismo continua a ser mal compreendido, muitas vezes sendo associado a discursos de ódio aos homens ou a confrontos radicais, o que dificulta a sua aceitação pública e pessoal. Se por um lado esta hesitação demonstra o peso simbólico do termo "feminismo" em ambientes onde predomina uma visão patriarcal e onde as mulheres que desafiam normas tradicionais podem ser estigmatizadas, por outro lado, é importante investigar isto pode igualmente significar uma crítica mais profunda ao discurso feminista, enquanto algo exclusivo ou fechado e exportado, conforme o mencionado por Arnfred (2015) e Obiora (2020).

Esta percepção sugere, desta forma a necessidade de uma redefinição e reapropriação do feminismo a partir de contextos africanos, onde as lutas por igualdade e liberdade possam ser articuladas de forma culturalmente situada e mais inclusiva, pois conforme vemos, a rejeição ao termo não significa necessariamente a rejeição aos princípios feministas, mas sim um desejo de moldá-los de acordo com realidades locais e vivências próprias (Hooks, 2015). Isso reforça a importância de um feminismo plural, descolonial e interseccional, capaz de dialogar com as especificidades do continente africano, pois conforme o argumentado por Zeleza, (2005); Basimile, (2013), Adesina (2017) e Tamale (2020) é necessário se olhar o contexto no qual o conhecimento é produzido para se encontrar uma compreensão mais ampla das realidades específicas.

Um outro problema saliente nesta perspectiva é a contradição performativa do feminismo digital que abomina o patriarcado e o capitalismo, mas consome as suas técnicas de reivenção conforme podemos ver a seguir;

> *O feminismo digital passou a ser uma alternativa para trazer a tona a defesa dos direitos das mulheres em contrapartida ao tipo de media convencional (...), sobretudo (...) combater o sistema patriarcal e capitalista. O feminismo são as próprias mulheres que defendem seus direitos de forma popular e a redução de desigualdades e violência que essas mulheres vivenciam.*
>
> (DM, 09/06/2024)

A entrevista destaca o feminismo digital como uma resposta crítica às limitações impostas pelos meios de comunicação convencionais, que historicamente marginalizaram ou distorceram as vozes femininas. Nesse sentido, se reconhece que o ambiente digital oferece um espaço alternativo de resistência, onde as lutas podem ser visibilizadas, próximando desta forma, mais as narrativas a realidade. Além disso, a entrevista sublinha a natureza popular e abrangente desta corrente, ao afirmar que são as próprias mulheres que defendem seus direitos nesses espaços, afastando assim, uma percepção desta corrente como elitista, academica ou mesmo militante, indicando ao mesmo tempo este feminismo enquanto uma ferramenta prática de transformação social, especialmente para grupos vulnerabilizados.

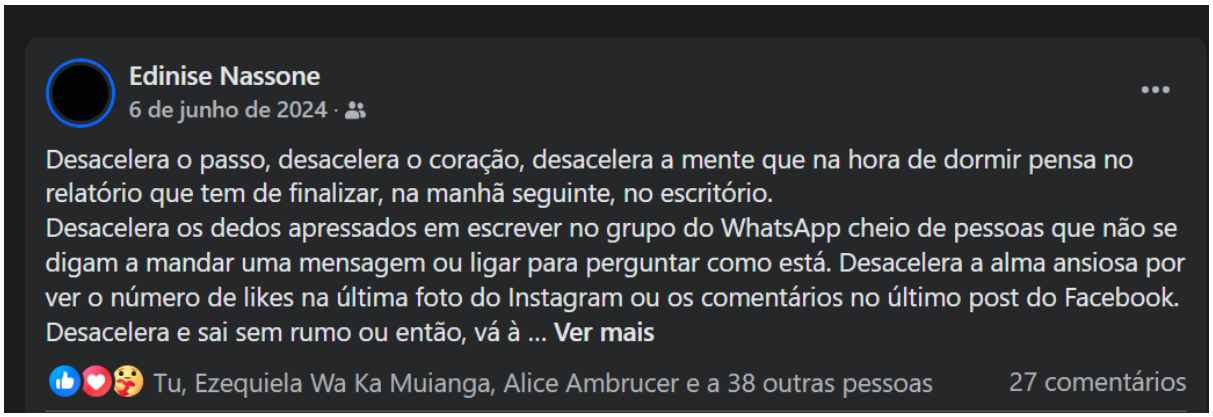
Embora a sua crítica ao sistema patriarcal e capitalista caracterize esta corrente numa intersecção política mais ampla, que reconhece que as opressões de género estão profundamente entrelaçadas com estruturas económicas e sociais, a mesma ignora o facto de que o próprio uso de ferramentas digitais são produtos do capitalismo cuja intenção primária das feministas é de subverter as lógicas que estas mesmas ferramentas sustentam. É neste sentido que Tamale (2020) assim como Oyewumi (2020), reforçam mais a ideia de se desenvolver conceitos internos que possam capturar as especificidades políticas, económicas culturais e tradicionais para se evitar a replicação de teorias ocidentais que jamais se aplicariam ao caso de África.

Essa tensão entre o uso de ferramentas digitais produzidas pelo próprio sistema que se procura contestar e a necessidade de criar conceitos e práticas enraizadas nas realidades africanas expõe um dos dilemas centrais do feminismo digital contemporâneo. Ao mesmo tempo que se abre espaço para novas formas de mobilização e visibilidade, correm-se riscos de dependência e reprodução de lógicas externas que não dialogam plenamente com as dinâmicas locais.

### 4.4.4. Conectividade, Sofisticação e Exclusões no Feminismo Digital

No contexto moçambicano, a sofisticação das estratégias digitais e a sua circulação em redes altamente conectadas têm produzido narrativas feministas com forte apelo estético e discursivo. Contudo, essas mesmas narrativas tendem a reflectir experiências e preocupações de uma classe média urbana, muitas vezes desconectadas das vivências e desafios de mulheres em contextos periféricos ou rurais. Essa exclusão implícita não apenas limita o alcance do discurso feminista digital, como reforça a necessidade de repensar o seu papel na construção de um movimento mais inclusivo e representativo**.**

Aos 6 de junho de 2024, a activista feminista Edinise Nassone fez uma publicação entitulada ‘’Desacelera’’ . O texto se apresenta como uma crítica poética que reflecte a rapidez das acções diárias que não mais permitem o espaço para a vivencia, experiência ou partilha daquilo que era considerado comum, ou habitual, tal como o simples acto de se estabelecer relações sociais fora do online. A leitura, neste sentido, provoca o leitor a desacelerar, física, emocional e mentalmente, para reencontrar sentido no comum e ordinário, ou nos afectos e na presença. A crítica central reside na automatização da vida moderna, marcada pela pressão do trabalho, pela hiperconectividade digital e pela ruptura com o presente. Esta crítica, chama principal atenção para o estabelecimento de relações esporádicas e para a construção de sociedades líquidas[3].




**Screenshot 3:** publicação de Edinise Nassone (usada sob autorização)

A publicação acima, feita a partir do Facebook, sugere uma reestruturação social, que seja alcançada a partir de uma certa delimitação da influência do espaço digital das experiências vividas no espaço físico, de modo a permitir tanto, a recuperação de conexões pessoais, quanto a recuperação das relações sociais dadas através deste último espaços. Neste ponto, queremos mais uma vez, chamar a atenção à necessidade que esta postagem traz, (nem sempre facilmente identificada), da preservação ou da recuperação de certas condições de ser e estar.

Contudo, embora a crítica proponha ao mesmo tempo uma reestruturação da vida em sociedade a partir da revalorização do espaço físico e das relações interpessoais nele constituídas, esta crítica assume contornos marcadamente urbanos que revelam, implicitamente, um ponto de vista localizado. A defesa de um retorno ao “comum” e à presença, ainda que válida, dificilmente contempla os diferentes contextos socioculturais e económicos em que as mulheres se encontram em Moçambique, especialmente as que residem fora das grandes

cidades. Assim, a publicação, apesar de importante sob o ponto de vista de reflexão, reproduz um certo elitismo típico de discursos produzidos por uma classe média urbana, que toma a sua experiência como universal. Estas formas de mobilização ‘’mais sofisticadas’’ mostram igualmente a desconexão entre o real e o virtual ao que académicas como Nnaemeka (2004) buscam desafiar apontando tais modelos como distantes e inaptos para contextos diferentes aos dos países ocidentais.

Se por um lado, é ainda possível identificar uma problematização do *self*, da construção da subjectividade e da autonomia individual, que ignora os desafios colectivos enfrentados por mulheres que vivem à margem desta mesma conectividade digital ou que se encontram excluídas das dinâmicas sociopolíticas em torno do feminismo digital. Por outro, a idealização de *safe spaces* como lugares de reencontro revela-se mais uma vez paradoxal, conforme o apresentado acima, pois desconhece e a realidade de um outro estrato social, e portanto o desconsidera. A crítica desta activista, embora relevante, ilustra os limites de um discurso que não dialoga com a heterogeneidade da categoria "mulheres" e que não reflecte as preocupações de estratos sociais periféricos, para quem o “regresso à presença” não é uma opção viável, nem tampouco uma prioridade.

# CAPÍTULO V

## 5.1. CONCLUSÃO

As análises desenvolvidas ao longo das secções acima, evidenciaram que o feminismo digital em Moçambique é atravessado por tensões constantes entre empoderamento, objectificação, inclusão e exclusão. As campanhas #SouNtavase e Observatório das Mulheres, assim como os perfis e interacções analisadas demonstram que, embora as plataformas digitais sejam ferramentas estratégicas para mobilização e visibilidade, elas também reproduzem dinâmicas históricas de desigualdade e hierarquização simbólica. Essa ambiguidade, marcada pela sobreposição de lógicas neoliberais e práticas de resistência, prepara o terreno para a reflexão final desta investigação, na qual se sintetizam os principais achados, se identificam limites e potencialidades e se apresentam recomendações para o fortalecimento de práticas feministas digitais mais inclusivas e transformadoras.

Esta dissertação analisou as dinâmicas do feminismo digital em Moçambique, tomando como referência campanhas como #SouNtavase e o Observatório das Mulheres, bem como perfis de activistas e entrevistas com protagonistas deste campo. O objectivo foi compreender como jovens mulheres feministas utilizam as plataformas digitais para denunciar violências, afirmar identidades e disputar significados sobre o que é ser mulher no país, num contexto marcado por rápidas transformações tecnológicas e por influências neoliberais e pós-feministas.

Os resultados evidenciaram que a esfera digital tem um papel transformador ao ampliar vozes femininas e criar espaços de sensibilização e mobilização, sobretudo quando os canais tradicionais se mostram inacessíveis. No entanto, este potencial é acompanhado de desafios estruturais e simbólicos: violência digital (assédio, intimidação e exposição pública), divisão digital decorrente do elevado custo de acesso à internet, que restringe a participação e centraliza agendas nas zonas urbanas, e barreiras culturais e normas patriarcais profundamente enraizadas, que se expressam na desvalorização de vozes periféricas, na legitimação desigual de experiências, na hostilidade a discursos sobre sexualidade e autonomia corporal e na reprodução de estereótipos de género. Tais dinâmicas não só limitam o alcance e a eficácia das campanhas, como também condicionam a sua aceitação social.

A análise revelou ainda que, embora as redes digitais promovam solidariedade, também reproduzem desigualdades e tensões internas relacionadas com representatividade e inclusão.

O ciber-feminismo, quando moldado por lógicas neoliberais e tendências pós-feministas, pode reforçar exclusões e individualizar o discurso feminista, deslocando o foco da transformação estrutural para a performance identitária e o sucesso pessoal. Estes espaços digitais, longe de serem neutros, estão imersos em relações de poder e lógicas de mercado que privilegiam determinadas narrativas em detrimento de outras.

No contexto moçambicano, o feminismo digital mostra-se, assim, como um campo em disputa que embora possa desafiar estruturas patriarcais e barreiras culturais, também pode ser cooptado por formas subtis de dominação. Conclui-se que a sua eficácia depende de práticas feministas mais inclusivas, críticas e comprometidas com a justiça social, que valorizem múltiplas formas de resistência, especialmente aquelas oriundas das margens históricas das narrativas hegemónicas. A investigação mostrou igualmente que, em Moçambique, o feminismo digital é mais acessível e praticável entre mulheres urbanas, escolarizadas e com maior literacia digital, enquanto mulheres em zonas rurais permanecem sub-representadas. Além disso, o imediatismo das redes sociais tende a privilegiar campanhas com impacto momentâneo, mas pouco enraizamento para mudanças estruturais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ARNFRED. S. (2015). Notas sobre gênero e modernização em Moçambique.

BANDEIRA, L. (2019). Por onde anda o feminismo activista de hoje? Texto apresentado em 1ª Versão no MR10 – ‘’Activismos feministas, política e poder’’. Durante o 43º ANPOCS-2019 – CAXAMBU, MG. (22/10/2019).

BARNARD, S., (2016). “Spectacles of Self(ie) Empowerment? Networked Individualism and the Logic of the (Post)Feminist Selfie” Studies in Media and Communications. Volume 11. Emerald Group Publishing Limited.

BAUERLEIN. M. (2011). Introduction. In the Digital Divide: Arguments for and against Facebook, Google, Texting and the Age of Social Networking. New York: Penguim.

BOSCH. T. (2011). “African Feminist Media Studies: A View From the Global South.” Feminist Media Studies 11, no. 1, 27–33.

BURKETT. E. at al. (2025). "feminism". *Encyclopedia Britannica*, 18 de Fevereiro.

C. DEBBIE & J. SCANLON. (2014). « Convergences et divergences entre le féminisme radical et la théorie queer », Nouvelles Questions Féministes, vol. vol. 33, no. 2, pp. 80-94.

CARASTATHIS A. (2013). Identity categories as potential coalitions. J. Women Cult. Soc. 38(4):941–65

CASIMIRO. I & ANDRADE. X. (2005). Investigação sobre mulher e género no Centro de Estudos Africanos. *Estudos Moçambicanos* no.21, September, pages 7-27. Click here to download a PDF file.

COCHRANE, K. (2013). All the Rebel Women: The Rise of the Fourth Wave of Feminism. London: Guardian Books.

COTTAIS, C. (2021). Radical Feminism.

CRENSHAW K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. Univ. Chicago Legal Forum 1989(1):139–67

CRENSHAW K. (1991). Mapping the margins: intersectionality, identity-politics, and violence against women of color. Stanford Law Review, 43(6), 1241–1299.

CRESWELL, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4th ed.). Sage Publications.

CRESWELL, J. W., & CRESWELL, J. D. (2018). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (5th ed.). Sage Publications.

DÍAZ, F., et al. (2004). Os direitos sexuais e reprodutivos. In: Ribeiro; Campus, M. T. A. (ed.). Afinal, que paz queremos? Lavras: Editora UFLA, 2004, pp. 45-70.

DICKER. C. (2008). A History of U.S. Feminisms. Seal Press, Berkeley.

FAN. J. (2017). The Embodiment and Development of Feminism in English and American Literature. Proceedings of the 2nd International Conference on Education, Sports, Arts and Management Engineering (ICESAME 2017), pp. 1745- 1750, Atlantis Press.

FLICK, U. (2018). *An Introduction to Qualitative Research* (6th ed.). Sage.

FREEMAN. J. (1975). Political Organization in the Feminist Movement. Acta Sociologica, 18(2-3), 222-244.

GASPARETTO. (2019). Mulheres Heroínas (Vavasati Vatinhenha) e a rede do Fórum Mulher: a construção da agenda de políticas públicas junto ao Estado moçambicano, Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane.

GREENE, J. C. (2007). *Mixed methods in social inquiry*. Jossey-Bass.

TASHAKKORI, A., & TEDDLIE, C. (Eds.). (2010). *SAGE handbook of mixed methods in social & behavioral research* (2nd ed.). Sage Publications.

GHADERY. F. (2019). #MeToo – Has the 'sisterhood' finally become global or just another product of neoliberal feminism?, King's College London: A*s published in* TRANSNATIONAL LEGAL THEORY 02/2019.

GIL, C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas.

HARAWAY, D. (1995). Ciencia, Cyborgs y Mujeres: La Reinvención de la Naturaliza. Valencia: Universitat de València.

HARDING, S. (1993). The science question in feminism. London: Cornell.STROBER, H. (1994). "Rethinking economics through a feminist Lens". The American Economic Review, v. 84, n. 2, p. 143-147.

HAUGHTON. M. (2023). Social constructs of online feminine identities in social media: A thematic analysis. Psychology of Women and Equalities Section Review, 6(1):20-31. University of Derby.

HOOKS. B. (1981). Ain't I a Woman?: Black women and feminism. United States, South end Press.

HOOKS. B. (2004). Understanding patriarchy. Washington Square Press. USA

HUNDLEBY, C. (2012). Feminist Empiricism. In S. N. Hesse-Biber (Ed.), Handbook of Feminist Research: Theory and Praxis, pp. 28-45, Sage Publications, Inc.

INE. (2019). Recenseamento Geral da População. Maputo. INE.

JOANGUETE, C. & D. TSANDZANA (2023). Cidadania Digital: Desafios e Oportunidades. Maputo. Ethale.

JOUËT. J. (2018). Digital feminism: questioning the renewal of activism. Journal of Research in Gender Studies, 2018, 8 (1), 133-157.

KON, A. (2002). "A economia política do gênero: determinantes da divisão do trabalho". Revista de Economia Política, v. 22, n. 3, p. 89-106.

KYRILLOS. G. (2019). A Critical Analysis of the Background of Intersectionality. Universidade Federal do Rio Grande, Faculdade de Direito, Santa Vitória do Palmar, RS, Brasil.

LOFORTE. A. (2015). ''Algumas reflexões sobre formas de deslegitimação da violência contra a mulher em Moçambique''. In: Cruz & Silva, Casimiro. (orgs). A ciência ao serviço do desenvolvimento? Experiencias de países africanos falantes de língua portuguesa. Oxford: African Books Collective, 2015. P.11-22.

MARTINEZ, D. 2021. Militantes e Radicais na quarta onda: o feminismo na era digital. Artigos Rev. Estud. Fem. 29 (3).

MARTINEZ, F. (2019). Feminismos em movimento no ciberespaço. Cadernos Pagu 56: e195612. [CrossRef]

MCFADDEN, P. (2011). 'Contemporary African Feminism: Conceptual Challenges and Transformational Prospects'. Open Society Initiative for Southern Africa, Jul. 2011, p. 11-17.

MERRIAM, B. *Qualitative research and case study applications in education.* San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MILLETT, K. (1977). Sexual Politics. London: Virago.

MINAYO, M. (2009). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec.

MOHANJAN. H. (2022). Four Waves of Feminism: A Blessing for Global Humanity. Online at https://mpra.ub.uni-muenchen.de/114328/ MPRA Paper No. 114328.

MOHANTY. C. (2003). Under Western Eyes Revisited: Feminist Solidarity through Anti-capitalist Struggles. Vol. 28, No. 2 (Winter 2003), pp. 499-535 Published by: The University of Chicago Press Stable.

MOHANTY, J. & S. SAMANTARAY (2017). Cyber Feminism: Unleashing Women Power through Technology. Rupkatha Journal on Interdisciplinary Studies in Humanities (ISSN 0975-2935), Vol. IX, No. 2.

OFFER. K. (1988). Defining feminism. A comparative historical approache. Source: Signs, Vol. 14, No. 1 (Autumn, 1988), pp. 119-157 Published by: The University of Chicago Press

PAASONEN. S, (2005). Surfing the Waves of Feminism (labrys.net.br)

PATEMAN, C. (1992). Participação e teoria democrática. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra. PATEMAN, C. O Contrato Sexual. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PATEMAN, C. (2009). Soberania individual e propriedade na pessoa. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 1, pp. 171-218.

PATEMAN, C. (2013). Críticas Feministas à Dicotomia Público/Privado. In. BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe (Org.). Teoria política feminista – textos centrais. Vinhedo: Horizonte, 55 – 80.

PATEMAN, Carole. The Disorder of Women. Stanford University Press, California, 1989.

QUAH, S. & RIDGWAY, A. (2021). The woman writer's body: Multiplicity, neoliberalism, and feminist resistance. https://doi.org/10.1111/gwao.12743

RENESES. P. & BOSCH. T. (2023). The Limitations of Hashtag Feminist Activism on South African Twitter: A Case Study of #MenAreTrash and #WomenAreTrash

RIBEIRO. G. (2021). Ecos do silêncio: vozes da segunda onda do feminismo no brasil (1975-1988). Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ

ROTTENBERG. C. (2017). 'Can #MeToo go beyond white neoliberal feminism?' publicado no: https://www.aljazeera.com/opinions/2017/12/13/can-metoo-go-beyond-white-neoliberal-feminism

SANTOS, F. M. & GOMES, S. H. A. (2013). Etnografia virtual na prática: Análise dos procedimentos metodológicos observados em estudos empíricos em cibercultura. In 7o Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Cibercultura, São Paulo.

SOARES. S. (2021). Netnografia e a pesquisa científica na internet. PUC Minas. Belo Horizonte, MG, Brasil

STAKE, E. (1995). *The art of case study research.* Thousand Oaks: Sage.

THOMAS, Gary. *How to do your case study.* 3rd ed. London: SAGE Publications, 2021.

THORNHAM. S. (2023). Second Wave Feminism. Routledge. London.

TRIVIÑOS, A. (1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.

TSANDZANA, D. (2018). Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação política dos 'conectados desamparados'. Comunicação e Sociedade, 34(2), 252-265.

TSANDZANA, D. (2020). Redes sociais da Internet como 'tubo de escape' juvenil no espaço político-urbano em Moçambique. Cadernos de Estudos Africanos, 40(2), 167-189.

TSANDZANA, D. (2023). Reporting on Everyday Life: Practices and Experiences of Citizen Journalism in Mozambique. In: Matsilele, T., Mpofu, S., Moyo, D. (eds) New Journalism Ecologies in East and Southern Africa. Palgrave Studies in Journalism and the Global South. Palgrave Macmillan, Cham.

WALBY, S. (2004). Cidadania e transformações de gênero. In: TATAU, G; SILVEIRA, M. L. (Org.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. p. 169-182

WRIGHT, E. O. (1994). Interrogating inequality: essays on class analysis. London: Verso

YIN, K. (2005). Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman.

# Apêndices

## Apêndice I

### 1.1-GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADAS

Este documento é um guião de entrevista que tem como finalidade orientar a recolha de dados durante o trabalho de campo de realizado junto a jovens activistas e feministas no espaço digital, consideradas como influentes no uso das redes, com foco no Facebook no âmbito da realização da dissertação como cumprimento da conclusão do mestrado em em Género e Desenvolvimento na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, na Universidade Eduardo Mondlane. A seguir, apresentamos as principais perguntas explorados com base no seu desdobramento em questões-chave.

**Guião de entrevistas**

i. Na esfera digital, como te identificas?
ii. O que é que se entende por feminismo digital? Existe de facto feminismo na esfera virtual?
iii. Quão inclusiva é a promoção do feminismo digital em Moçambique?
iv. Ou o que acha das campanhas que as mulheres têm feito para se defender nas plataformas digitais?
v. Por que razão estás online?
vi. Quem sao os teus seguidores?

vii. Quais são os desafios de ser mulher e usar a esfera digital para promover direitos?

**Apêndice II**

## 2.1. GUIÃO DE OBSERVAÇÃO DE PERFIS (NETNOGRAFIA)

Este guião orienta a observação sistemática de perfis seleccionados no Facebook, no âmbito da pesquisa sobre feminismo digital em Moçambique. A observação incide sobre publicações, interacções e práticas discursivas, respeitando a ética da netnografia e a privacidade das participantes.

Período de observação: conforme delimitação do estudo de caso (2019–2024)
Frequência: registos semanais ou conforme actividade do perfil
Modalidade: observação não-participante, com registo de dados visíveis ao público ou mediante consentimento

Aspectos a observar:

1. Identificação do perfil
    - Tipo de perfil (pessoal, página, colectivo)
    - Localização e língua predominante
2. Conteúdo publicado
    - Temas principais (direitos das mulheres, VBG, sexualidade, política, etc.)
    - Formatos utilizados (texto e imagem)
    - Frequência e consistência das publicações

3. Estilo e estratégias discursivas
    - Uso de hashtags (#SouNtavase, #ObservatórioDasMulheres, etc.)
    - Tom da comunicação (informativo, provocador, mobilizador, testemunho)
    - Narrativas pessoais vs. colectivas
4. Interacção e engajamento
    - Número e tipo de reacções, comentários e partilhas
    - Qualidade das interacções (debate construtivo, conflictos, apoio, trolling)
    - Presença de redes de apoio ou alianças com outros perfis/grupos
5. Elementos visuais e simbólicos
    - Imagens, cores, símbolos e sua carga política/cultural
    - Representações do corpo feminino e da identidade feminista
6. Barreiras e desafios observados
    - Indícios de assédio ou violência digital
    - Reacções negativas associadas a normas culturais ou patriarcais ou a forma de representatividade do *selfie*

Registo de dados: capturas de ecrã, anotações descritivas, codificação temática

## Apêndice III

### 3.1. TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS MESTRADO EM GÉNERO E DESENVOLVIMENTO

Tema: Selfies, Hashtags e Likes. O Desafio do Feminismo na Era Digital em Moçambique

O meu nome é _____, sou estudante do Mestrado em Género e Desenvolvimento na Universidade Eduardo Mondlane, e estou a realizar uma investigação para a minha dissertação intitulada:

"Selfies, Hashtags e Likes: O Desafio do Feminismo na Era Digital em Moçambique".

O estudo procura compreender como jovens mulheres activistas e feministas participam no feminismo digital, quais estratégias utilizam, e quais os desafios e oportunidades que encontram nas plataformas digitais.

A recolha de dados será feita através de entrevistas semi-estruturadas, com duração aproximada de 30 minutos. A participação é voluntária — não é obrigada a responder a todas as perguntas e pode interromper a entrevista a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Todos os dados recolhidos serão tratados com confidencialidade e utilizados apenas para fins académicos. Não serão divulgados nomes nem informações que permitam identificá-la. Não existe risco directo associado à sua participação, nem benefício material. No entanto, a sua colaboração contribuirá para uma melhor compreensão do feminismo digital em Moçambique.

Caso tenha dúvidas sobre o estudo ou pretenda mais informações, poderá contactar-me pelo telefone _____ ou pelo e-mail _____.

Declaração da Entrevistada

Eu, _____, confirmo que compreendi as informações acima, tive oportunidade de colocar questões e aceito participar voluntariamente na entrevista.

Assinatura: _____

Data: //_____